



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**Pobreza, Monoparentalidade e Género:
A pobreza nas famílias monoparentais
beneficiárias da Fundação AMI segundo uma
perspetiva de género**

Inês Filipa Leitão Almeida

Orientador: Professora Doutora Elvira Sofia Leite de Freitas Pereira

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Família e Género

Lisboa
2026

Pobreza, Monoparentalidade e Género:
A pobreza nas famílias monoparentais beneficiárias
da Fundação AMI segundo uma perspetiva de
género

Inês Filipa Leitão Almeida

Orientador: Professora Doutora Elvira Sofia Leite de Freitas Pereira

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Família e Género

Júri:

Presidente:

-Doutora Cláudia Casimiro Ferreira da Costa, Professora Auxiliar
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da
Universidade de Lisboa;

Vogais:

-Doutora Elvira Sofia Leite de Freitas Pereira, Professora Associada
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da
Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora;

-Doutora Maria Teresa Janela Pinto, Professora Auxiliar Convidada
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da
Universidade de Lisboa.

Lisboa
2026

Resumo

A presente dissertação procurou compreender as manifestações da desigualdade de género na vivência da pobreza das famílias monoparentais beneficiárias da Fundação AMI em 2024. Adotando a abordagem das capacidades de Amartya Sen, a investigação articulou uma análise teórica com um estudo empírico de metodologia mista. Numa primeira fase, recorreu-se a uma análise quantitativa para caracterizar o universo das famílias monoparentais apoiadas pela instituição, identificando diferenças e semelhanças entre agregados femininos e masculinos. Numa segunda fase, de natureza qualitativa, explorou-se a experiência de privação de capacidades básicas através de entrevistas semiestruturadas a mães e pais monoparentais. A revisão de literatura enfatiza a feminização da monoparentalidade e da pobreza, evidenciando que as mulheres enfrentam maiores taxas de desemprego, precariedade laboral e sobrecarga de cuidados. A análise quantitativa revelou uma elevada prevalência de baixas qualificações, forte dependência de apoios sociais como o RSI e carências prementes ao nível da alimentação e vestuário das famílias monoparentais beneficiárias da Fundação AMI em 2024. A análise qualitativa aprofundou a compreensão das dificuldades quotidianas destas famílias, como a gestão do tempo, o isolamento social e as barreiras no acesso à habitação e emprego, mas também revelou estratégias de resiliência e a mobilização de redes de apoio. Conclui-se que a pobreza nestas famílias resulta de desigualdades estruturais, reforçando a necessidade de políticas públicas orientadas para a capacitação, conciliação trabalho-família e promoção da igualdade de género, que reconheçam a heterogeneidade das suas experiências.

Palavras-chave: Pobreza, Monoparentalidade, Género, Desigualdades, Capacidades, Políticas Sociais

Abstract

This dissertation sought to understand the manifestations of gender inequality in the experience of poverty among single-parent families benefiting from the AMI Foundation in 2024. Adopting Amartya Sen's capabilities approach, the research combined a theoretical analysis with an empirical study using a mixed-methods methodology. In the first phase, a quantitative analysis was used to characterize the universe of single-parent families supported by the institution, identifying differences and similarities between female- and male-headed households. In a second, qualitative phase, the experience of basic capabilities deprivation was explored through semi-structured interviews with single mothers and fathers. The literature review emphasizes the feminization of single-parenthood and poverty, showing that women face higher rates of unemployment, job insecurity, and care overload. The quantitative analysis revealed a high prevalence of low qualifications, a strong dependence on social support such as the RSI (Social Integration Income) and pressing needs regarding food and clothing. The qualitative analysis deepened the understanding of daily difficulties, such as time management, social isolation, and barriers in accessing housing and employment, while also revealing resilience strategies and the mobilization of support networks. It is concluded that poverty in these families results from structural inequalities, reinforcing the need for public policies aimed at empowerment, work-family reconciliation, and the promotion of gender equality that recognize the heterogeneity of their experiences.

Keywords: Poverty, Single-Parenthood, Gender, Inequalities, Capabilities, Social Policies.

Índice

Introdução	4
Parte I – Revisão de Literatura	6
Capítulo 1- O fenómeno da Monoparentalidade.....	6
1.1. Conceito e abordagens ao tema	6
1.2. Caracterização da evolução da monoparentalidade em Portugal e no contexto europeu	8
Capítulo 2- Pobreza enquanto fenómeno social.....	11
2.1. Conceito e abordagens à conceptualização da pobreza	11
2.2. Perspetivas acerca das causas da pobreza.....	13
2.3. Risco de pobreza nas famílias monoparentais.....	14
2.4. Caracterização da evolução do risco de pobreza	15
Capítulo 3- A perspetiva de género no estudo da pobreza das famílias monoparentais	18
3.1. A abordagem das capacidades.....	18
3.2. Desigualdades de género na pobreza	20
3.2.1. Fatores estruturais e políticos que influenciam a pobreza	20
3.2.2. O papel da educação e o capital humano: Teoria do Capital Humano	21
3.2.3. Barreiras ao emprego e ao bem-estar	22
3.2.4. Bem-estar familiar e segurança alimentar	23
3.2.5. Estratégias familiares para fazer face à pobreza.....	24
3.2.6. Modelos de políticas familiares e impacto no género	26
3.2.7. Intervenção Precoce e Serviços Sociais.....	28
3.2.8. A Pobreza de tempo	30
Parte II – Estudo Empírico	31
Capítulo 4- Aspetos metodológicos	31
4.1. Pergunta de Partida e Objetivos	31
4.2. Modelo de Análise.....	32
4.3. Métodos e técnicas de investigação	33
4.3.1. Fase Quantitativa	33
4.3.2. Fase Qualitativa.....	34
4.4. Instrumento de Recolha de dados	34
4.5. O universo do estudo empírico e a seleção das pessoas a entrevistar.....	35
4.6. Questões Éticas	35
Capítulo 5- Caracterização das famílias monoparentais beneficiárias da AMI em 2024.....	37

5.1. Caracterização geral das famílias monoparentais	37
5.2. Dimensão da educação e da formação	38
5.3. Dimensão laboral	39
5.4. Recursos informais e formais	40
5.5. Necessidades Diagnosticadas.....	41
5.6. Análise comparativa da caracterização das famílias monoparentais numa perspetiva de género	43
5.6.1. Dimensão da Educação e da Formação.....	44
5.6.2. Dimensão Laboral.....	44
5.6.3. Recursos Formais e Informais	44
5.6.4. Necessidades Diagnosticadas.....	45
Capítulo 6- A experiência de privação de capacidades básicas de famílias monoparentais em situação de pobreza beneficiárias da AMI em 2024	46
6.1. Caracterização sociodemográfica das pessoas entrevistadas.....	47
6.2. Educação, capacidades e conhecimento.....	49
6.3. Vida Profissional	50
6.4. Recursos Económicos e Despesas	51
6.5. Habitação e ambiente	52
6.6. Tarefas Domésticas, Vida Familiar e Responsabilidades Parentais.....	54
6.7. Saúde Física e Psicológica.....	55
6.8. Relações Sociais e Autonomia de Tempo.....	56
6.9. Síntese e discussão dos resultados	57
Considerações Finais	59
Referências Bibliográficas	61
Anexos.....	64
Anexo A- Guião de Entrevista	64
Anexo B- Grelha de Análise de conteúdo.....	71

Índice de Figuras

Figura 1- Modelo de Análise	32
-----------------------------------	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	15
Gráfico 2- Taxa do risco de pobreza na europa, 27 países.....	16
Gráfico 3- Taxa de risco de pobreza, por tipo de agregado familiar, em 2024.....	17
Gráfico 4- Habilitações Literárias, por Género de Entrevistado/a	47
Gráfico 5- Número de entrevistados/as, por Faixa Etária.....	47
Gráfico 6- Idade dos/as filhos/as dos/as entrevistados/as.....	48
Gráfico 7- Número de filhos, por Género	48
Gráfico 9- Tempo de desemprego dos/as entrevistados/as, por género	48
Gráfico 8- Situação face ao emprego dos/as entrevistados/as, por género.....	48

Índice de Tabelas

Tabela 1- Pobreza como privação do bem-estar: dimensões para análise numa perspetiva de género	19
Tabela 2- Naturalidade, por grupo de países e género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024.....	37
Tabela 3- Habilitações literárias, por género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024.....	38
Tabela 4- Formação profissional, por género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024.....	38
Tabela 5- Situação face ao emprego das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024 com mais de 16 anos, por género, em 2024.....	39
Tabela 6- Motivo de desemprego das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024, por género.....	39
Tabela 7- Recursos formais das famílias monoparentais acompanhadas na AMI, por género, em 2024.....	40
Tabela 8- Recursos Informais das famílias monoparentais acompanhadas na AMI, por género, em 2024.....	41
Tabela 9- Necessidades básicas diagnosticadas pelos/as técnicos/as, por género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024	41
Tabela 10- Necessidades diagnosticadas a nível de (re)inserção social das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024	42
Tabela 11- Necessidades diagnosticadas a nível de saúde, por género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024	42

Introdução

Em Portugal, as famílias monoparentais¹ têm vindo a aumentar, em 2000 representavam 7,6% do total de ADP (Agregado Doméstico Privado) passando para 11,6% dos ADP em 2020 (Fundação Francisco Manuel dos Santos [FFMS], 2021a). Destes, 15,3% representam famílias monoparentais masculinas e 84,7% famílias monoparentais femininas (Fundação Francisco Manuel dos Santos [FFMS], 2021b). Para além do aumento deste tipo de família, está associado à monoparentalidade um maior risco de pobreza em relação a outros tipos de famílias. Efetivamente, em Portugal, a taxa de pobreza é maior nos agregados onde existem crianças, especialmente nas famílias de um adulto com crianças e dois adultos com três ou mais crianças (Diogo et al., 2021). Em 2023, a taxa de pobreza para agregados monoparentais ascendia a 31%, representando quase o dobro da taxa de pobreza da população geral de Portugal, com 16,6% (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2023).

Nas famílias com crianças, as consequências da pobreza não passam apenas pela privação na satisfação das necessidades básicas das pessoas do agregado, mas também pelos efeitos no desenvolvimento cognitivo e social das crianças (Duncan et al., 2017). Neste contexto de aumento deste tipo de agregado doméstico privado conjugado com a elevada taxa de pobreza observada neste tipo de agregado, acentua-se o interesse científico em estudar a pobreza nas famílias monoparentais (Maldonado & Nieuwenhuis 2015; Kramer et al., 2016). Não só é este tipo de família mais propenso a situações de pobreza, também dentro da monoparentalidade existem diferenças entre agregados masculinos e femininos (Maldonado & Nieuwenhuis 2015; Kramer et al., 2016). A evidência diz-nos que famílias monoparentais femininas estão em maior risco de pobreza do que famílias monoparentais masculinas (Maldonado & Nieuwenhuis 2015; Lu et al., 2020).

A motivação para desenvolver uma investigação centrada no tema da pobreza nas famílias monoparentais é justificada pela formação base em Serviço Social assim como a prática profissional na Fundação AMI e o interesse pela temática da família. A questão de pesquisa que orientou este trabalho foi “De que forma a desigualdade de género se manifesta na vivência da pobreza das famílias monoparentais?”.

¹ O conceito de famílias monoparentais, de acordo com o Eurostat “Núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s)” (metainformação – INE, 2021).

De forma a conseguir responder à questão proposta, foi delineado um objetivo geral e quatro específicos:

Conhecer a vivência da pobreza das famílias monoparentais adotando o quadro analítico de capacidades de Sen, numa perspetiva de género:

1. Caracterizar as famílias monoparentais beneficiárias da Fundação AMI em 2024, quanto à educação e formação, situação laboral, necessidades diagnosticadas, recursos formais e informais e saúde;
2. Identificar diferenças e semelhanças entre agregados familiares monoparentais masculinos e femininos beneficiários da Fundação AMI em 2024 nas dimensões de educação e formação, laboral, necessidades diagnosticadas, recursos formais e informais e saúde;
3. Explorar e compreender, numa perspetiva de género, a experiência de privação de capacidades básicas das famílias monoparentais em situação de pobreza.
4. Relacionar a experiência de privação de capacidades das famílias monoparentais femininas e masculinas beneficiárias da Fundação AMI com os recursos formais e informais disponíveis e mobilizados.

A presente dissertação encontra-se dividida em duas partes: uma parte de enquadramento teórico, onde foram discutidos os temas da pobreza, da monoparentalidade, o risco de pobreza nas famílias monoparentais e ainda uma perspetiva de género nesta problemática. Na segunda parte foram apresentadas as opções metodológicas adotadas no desenvolvimento da pesquisa, detalhando-se os procedimentos de recolha e análise de dados, bem como os critérios que orientaram a escolha do enquadramento empírico. Ainda nesta secção, foi realizada a caracterização e discutida a experiência de privação de capacidades básicas das famílias monoparentais beneficiárias da Fundação AMI em 2024.

Parte I – Revisão de Literatura

Capítulo 1- O fenómeno da Monoparentalidade

O primeiro capítulo desta dissertação dedica-se à contextualização teórica e empírica do fenómeno da monoparentalidade, procurando clarificar as principais abordagens ao conceito e analisar a sua evolução ao longo do tempo. Na primeira parte, será explorado o conceito de família monoparental, recorrendo a diferentes perspetivas – estatísticas e sociológicas – que permitem compreender a complexidade e diversidade desta realidade familiar. Serão ainda discutidas as principais controvérsias e consensos em torno da definição do conceito, bem como os contributos de diferentes autores que têm refletido sobre as transformações na estrutura e organização familiar. Na segunda parte, será apresentada uma caracterização da evolução da monoparentalidade, tanto em Portugal como no contexto europeu, com base em dados estatísticos e artigos científicos. Esta análise permitirá perceber as principais tendências demográficas da monoparentalidade, como o seu crescimento ao longo das últimas décadas, a feminização deste tipo de família e as suas implicações sociais. O objetivo deste capítulo é, assim, construir uma base para a compreensão do fenómeno em estudo, enquadrando-o no debate académico e político.

1.1. Conceito e abordagens ao tema

O termo “família monoparental” surgiu em França nos anos 70 através de sociólogas feministas que adaptaram o conceito de *lone parent* já usado nos países anglo-saxónicos na década anterior (Wall & Lobo, 1999; Guerreiro & Tores, 2007).

A incorporação do termo na sociedade e aumento desta forma de vivência parental trouxe algumas mudanças importantes nomeadamente a inclusão deste núcleo familiar nos recenseamentos, o que lhe confere não só visibilidade jurídica e social que a torna passível de criação de políticas no âmbito da política social e familiar, mas também a reconhece como um tipo de família, à semelhança da família nuclear tradicional (Wall & Lobo, 1999; Guerreiro et al., 2007).

Apesar do termo em si ser relativamente recente, a monoparentalidade tem existido desde sempre, assumindo diferentes formas. Conhecida como “monoparentalidade tradicional” a forma como as famílias entravam nesta configuração dava-se por diversas razões, nomeadamente a viuvez, principal razão, a ida do cônjuge

para o estrangeiro ou nascimentos fora do casamento. Mais recentemente, são o divórcio e a separação os fatores de maior peso para a monoparentalidade (Wall et al., 2013).

Desde o aumento do divórcio até à diminuição da fecundidade, passando pela separação conjugal, pelos nascimentos fora do casamento, a escolha da união de facto como porta de entrada para a conjugalidade e as recomposições familiares, cada vez mais se observa a dissociação entre a parentalidade e a conjugalidade, fazendo com que a monoparentalidade represente uma realidade cada vez mais corrente. Com efeito, não só está cada vez mais presente na sociedade, como é cada vez mais incluída na agenda política dada a vulnerabilidade deste tipo de família (Torres et al., 2018).

Tendo em conta o exposto, torna-se crucial explorar o conceito de família monoparental, já que este difere entre os Censos e a Sociologia da Família. Do ponto de vista dos Censos, o conceito da família monoparental refere-se a mães e/ou pais sós que residam com um ou mais filhos de qualquer idade e em situações diversas em relação ao estado civil (separado, divorciado ou viúvo) (Wall, 2012; Marinho, 2014). Com efeito, são colocadas todas as famílias monoparentais dentro da mesma categoria estatística, apesar da heterogeneidade de situações. Já do ponto de vista sociológico, o conceito de família monoparental refere-se a uma mãe e/ou pai só, que reside com um ou mais filhos economicamente dependentes (crianças, adolescentes ou jovens adultos) (Wall, 2012; Marinho, 2014). Assim, tendo em conta que a monoparentalidade não se trata de um grupo homogéneo, a forma como a monitorização e análise estatística são realizadas torna complexa a análise do fenómeno.

A monitorização estatística da monoparentalidade revela-se particularmente desafiante devido à heterogeneidade das formas familiares que se enquadram neste conceito. Nos Censos, por exemplo, a definição de família monoparental centra-se na existência de um adulto com filhos dependentes a residir no mesmo agregado, o que exclui outras realidades familiares igualmente marcadas pela ausência de um dos progenitores na vida quotidiana da criança, como por exemplo o falecimento (Marinho, 2014). Esta perspetiva não permite captar a complexidade dos arranjos familiares contemporâneos, como os casos de guarda partilhada, residências alternadas, ou situações em que os filhos vivem temporariamente com diferentes figuras parentais. A abordagem da sociologia da família, por outro lado, reconhece a diversidade dos laços familiares e procura compreender a monoparentalidade para além da coabitação, incluindo no seu

estudo fatores como laços afetivos, económicos e de cuidado. Esta discrepância entre definições dificulta a recolha de dados consistentes e abrangentes, invisibilizando contextos familiares que escapam à norma estatística e comprometendo, assim, a criação de políticas públicas adequadas às necessidades reais das famílias monoparentais (Marinho, 2014).

Também na Sociologia da Família existem perspetivas que diferem entre si. Hernández (2015), na revisão crítica que realizou chegou à conclusão que existe um consenso na definição de base da monoparentalidade, ou seja, entende-se por família monoparental o/a progenitor/a que acarreta sozinho/a a responsabilidade económica e social de uma ou mais crianças. A controvérsia surge ao tentar definir as ramificações da monoparentalidade, nomeadamente, a forma como se tornou família monoparental, a definição de criança dependente, a participação económica do/a progenitor/a não coabitante e a presença de outras pessoas no lar (Hernández, 2015).

De uma forma genérica, é certo que o modo de organização da vida familiar tem vindo a alterar-se com os processos de informalização e individualização (Marinho, 2014), cujo impacto se observa tanto na conjugalidade como na parentalidade. A família passou de um modelo tradicional no tempo pré-industrial assente no sustento económico e passou a preocupar-se com as questões emocionais e afetivas (Guerreiro & Torres, 2007). Também Durkheim e Beck e Beck-Gernshiem (2001) citado por Guerreiro et al. (2007, p. 7) referem a individualização como fator crucial nas mudanças ocorridas na dinâmica familiar.

1.2. Caracterização da evolução da monoparentalidade em Portugal e no contexto europeu

Os trabalhos cujo foco de análise é a evolução das estruturas familiares nas últimas décadas dão conta de cinco grandes tendências demográficas: 1) a diminuição da dimensão média da família; 2) a diminuição do número de famílias complexas (agregados compostos por um núcleo de casal ou monoparental a viver com outros familiares); 3) o aumento das pessoas sós; 4) continuidade do casal como forma predominante de viver em família, mas diminuição do número de casais com filhos e 5) o aumento das famílias monoparentais (Wall et al., 2012). Nesta secção analisa-se uma das grandes tendências, o aumento da monoparentalidade.

Tendo em conta os conceitos adotados pelos Censos e autores/as da sociologia da família, Wall (2003) mobiliza duas categorias de monoparentalidade: famílias monoparentais no sentido lato, referente a núcleos monoparentais com filhos de todas as idades e famílias monoparentais jovens, no sentido restrito, referente a núcleos monoparentais com pelo menos um filho menor de 18 anos (Wall, 2003; Marinho, 2014).

De acordo com o INE, observa-se, desde 2001, uma tendência de crescimento tanto dos agregados monoparentais no sentido lato como no sentido restrito. O total de famílias monoparentais no sentido lato passou de 11,5% em 2001 para 14,9% em 2011 e para 18,5% em 2021, o que confirma a tendência de aumento apontada, nos estudos realizados com base nos recenseamentos em Portugal (Wall & Lobo, 1999; Wall et al., 2013; Marinho, 2014; INE, 2022). No total de núcleos com filhos menores de 18 anos, este tipo de família também tem vindo a aumentar, representando em 2001, 2011 e 2021, 7,5%, 10,5% e 23%² respetivamente, o que significa que as famílias monoparentais jovens estão a aumentar, gerada pela rutura familiar (Guerreiro et al., 2007). Para além deste tipo de família ter vindo a crescer ao longo das décadas, observa-se um segundo fenómeno dentro da monoparentalidade, a feminização deste tipo de família. Em 2001, 86,4% das famílias monoparentais no sentido lato eram representadas por mulheres, em 2011, a percentagem era de 86,7% e, em 2021, de 85,6%. Este ligeiro decréscimo entre 2011 e 2021 sugere um aumento do envolvimento dos pais na vida dos filhos e à evolução da perceção da monoparentalidade, dado que se começa a entender que o mais benéfico para o bem-estar da criança é passar o mesmo tempo com a mãe e o pai (CIG, 2008; Tammelin et al., 2018).

No contexto europeu observa-se que, em 2011, a percentagem das famílias monoparentais em sentido lato representava 16% do total de famílias (Tammelin et al., 2018). Relativamente às variáveis de caracterização das famílias monoparentais como o sexo, número de filhos e tipo de agregado doméstico, as famílias monoparentais em Portugal apresentam dados semelhantes à restante Europa. No que diz respeito ao sexo das famílias monoparentais, apenas 2,6% são famílias monoparentais masculinas, verificando-se a generalização da feminização na monoparentalidade e a prevalência em

² De notar que, segundos os dados do INE relativos ao total de núcleos com filhos menores de 18 anos, a faixa etária disponibilizada é entre os 15 e os 20, não sendo possível contabilizar o número de filhos com menos de 18 anos de idade.

todos os países de famílias monoparentais femininas (Tammelin et al., 2018). Quanto ao número de filhos, de forma geral, as famílias monoparentais europeias tendem a ter apenas um filho (Wall & Lobo, 1999; Eurostat, 2023). No que toca ao tipo de agregado doméstico, as famílias monoparentais tendem a viver com mais de um núcleo familiar devido à vulnerabilidade social (Wall et al., 2013).

A feminização da monoparentalidade é um fenómeno já muito estudado na literatura sociológica e está intrinsecamente ligado à persistência de normas patriarcais nas sociedades contemporâneas (Marinho & Ravagnani, 2024). Apesar das transformações nas estruturas familiares, a maioria das famílias monoparentais são femininas, refletindo uma divisão de género enraizada na cultura patriarcal. Esta cultura atribui às mulheres a responsabilidade principal pelos cuidados parentais e domésticos, mesmo quando estas acumulam funções de provedoras únicas do agregado familiar. Tal realidade evidencia uma sobrecarga de responsabilidades e uma invisibilidade social que perpetua desigualdades de género (Marinho & Ravagnani, 2024).

A cultura patriarcal, conforme discutido por Bourdieu (1998) citado por Barbosa et al. (2023) legitima a dominação masculina, naturalizando a subordinação feminina e perpetuando a desigualdade de género. Este sistema influencia a forma como a sociedade percebe os papéis parentais, muitas vezes desvalorizando o papel das mães monoparentais e negligenciando as necessidades específicas destas. Além disso, a falta de políticas públicas adequadas que reconheçam e apoiem as famílias monoparentais femininas contribui para a manutenção destas desigualdades, o que demonstra necessidade de uma abordagem mais inclusiva nas políticas sociais (Barbosa, et al., 2023).

Em Portugal, estudos como os de Wall e Lobo (1999) e Marinho (2014) destacam a persistência da feminização da monoparentalidade e a necessidade de políticas públicas que reconheçam e apoiem as especificidades destas famílias. A ausência de uma abordagem de género nas políticas sociais perpetua a vulnerabilidade socioeconómica das mães monoparentais, reforçando a urgência de medidas que promovam a igualdade de género e o reconhecimento da heterogeneidade na sociedade contemporânea.

Capítulo 2- Pobreza enquanto fenómeno social

2.1. Conceito e abordagens à conceptualização da pobreza

Quando falamos de pobreza, e por forma a tentar responder a um dos objetivos traçados para o trabalho, torna-se fulcral identificar o conceito de pobreza a adotar. Porém, existem diferentes abordagens à operacionalização do conceito. A principal ideia associada à pobreza, e onde parece existir consenso, passa sempre pela escassez de recursos que leva à privação da satisfação de necessidades básicas e à não satisfação de um nível mínimo de vida aceitável (Pereira, 2010).

De acordo com a Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas, a pobreza pode definir-se como “condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessário para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais” (Adaptado de Rede Europeia Anti Pobreza, 2022). Neste contexto, evidencia-se o conceito de privação relativa desenvolvido por Townsend onde pessoas em situação de pobreza são definidas como pessoas excluídas que não conseguem atingir os padrões de vida socialmente aceitáveis (Costa et al., 1985, citado por Diogo, 2007).

Apesar do consenso na definição mais alargada do conceito de pobreza, os estudos diferenciam-se no que toca às duas dimensões fundamentais na questão da pobreza, os recursos e necessidades, e exploram opções diversificadas na operacionalização do conceito de pobreza. Contudo, dos artigos reunidos, é possível distinguir três linhas de diferenciação: a) a dimensão da observação, b) o padrão de referência e, c) o grau de integração das perceções sociais e individuais (Pereira, 2010; Diogo et al., 2021).

Na dimensão da observação, os estudos utilizam uma de duas análises, a análise direta e indireta. O primeiro caso observa as condições de vida e identifica como pobres aqueles que sofrem de privação relativamente a um padrão definido (Pereira, 2010). No segundo caso, a análise indireta, são identificados como pobres aqueles que têm recursos insuficientes para fazer face a um padrão de vida definido (Pereira, 2010). Dado que ambas as análises pretendem, em último caso, identificar e observar pessoas com recursos abaixo do padrão definido e situações de privação material por falta de recursos, seria expectável que os dados fossem congruentes com ambas abordagens. Contudo, o que se observa na prática são inconsistências nos resultados relativamente a níveis de pobreza e

identificação dos pobres – Pereira (2010) identifica 22% dos indivíduos como sendo pobre apenas numa das medidas. Estas inconsistências levantam questões de fiabilidade nas medidas utilizadas para identificar as situações de pobreza (Pereira, 2010).

Relativamente ao padrão de referência para identificar os pobres, os estudos tanto podem adotar uma abordagem relativa como uma abordagem absoluta. Os que utilizam por um lado uma abordagem relativa, segundo uma análise indireta, identificam como pobres os indivíduos que vivem abaixo de um determinado nível de rendimento e, por outro lado, se utilizarem uma análise direta, identificam como pobres os indivíduos que não possuem os bens nem desenvolvem atividades que a maior parte das pessoas possui e desenvolve na sociedade em que se inserem (Pereira, 2010). Já os que adotam uma abordagem absoluta consideram uma situação de pobreza, de acordo com a abordagem das capacidades, a incapacidade material para realizar determinados funcionamentos fundamentais (Pereira, 2010).

Na última linha de análise à operacionalização do conceito de pobreza, as perceções sociais e individuais na identificação dos pobres, distingue-se desde logo a abordagem objetiva da abordagem subjetiva. Enquanto a abordagem objetiva avalia a situação de pobreza segundo um padrão definido, independentemente da apreciação da própria pessoa da sua situação, a abordagem subjetiva é unicamente a apreciação da própria pessoa em relação à sua situação que identifica a sua situação de pobreza (ou não) (Pereira, 2010).

Nas estatísticas oficiais, contudo, o principal indicador de pobreza mobilizado – a taxa de risco de pobreza - é baseado no valor do rendimento (equivalente), com um limiar de pobreza³ que varia todos os anos, em 2003 representava 345,8€ mensais e, em 2018, era de 501,2€ mensais (Diogo et al., 2021). A utilização desta medida para observar a pobreza é alvo de extensas críticas por parte da comunidade científica tendo em conta que limita a observação e avaliação da pobreza a rendimentos baixos e descarta a questão do nível mínimo de vida aceitável.

³ De acordo com o Eurostat, entende-se por Limiar de risco de pobreza: “Limite abaixo do qual se considera um rendimento baixo em comparação com o rendimento de outros residentes no país, não implicando necessariamente uma situação de pobreza. O limiar de risco de pobreza corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente após transferências sociais (metainformação – Eurostat, 2022)”.

2.2. Perspetivas acerca das causas da pobreza

Como já referido acima, as famílias monoparentais têm vindo a ganhar uma grande expressão a nível estatístico. Observou-se também que este tipo de família é mais propenso a situações de pobreza devido à diminuição de rendimentos e responsabilidade única num/a só progenitor/a (Guerreiro & Torres, 2007). Apesar disso, e sabendo que este tipo de família tem tendência para aumentar, importa explorar as causas da entrada na pobreza para melhor compreender o fenómeno e atuar sobre o mesmo.

No estudo realizado em Portugal por Diogo et al. (2021), os autores condensam os fatores que contribuem para a entrada na pobreza na ideia dos três D da pobreza: Desemprego, Doença e Divórcio. Neste caso interessa-nos o divórcio, que para além de ser um fator de entrada na pobreza, é também um dos fatores a considerar na constituição das famílias monoparentais, um tipo de família também mais vulnerável à pobreza tendo em conta a divisão dos rendimentos (Diogo et al., 2021).

No que diz respeito às causas da pobreza e monoparentalidade, as questões de género não podem ser excluídas dado que, para além das situações de pobreza na monoparentalidade serem maioritariamente femininas, as experiências entre homens e mulheres em situações de vulnerabilidade social também diferem (Bastos et al., 2009). Além disso, os autores apontam para uma série de eventos na vida da mulher que fazem com que a integração do género nos estudos acerca da pobreza seja crucial tal como o divórcio, monoparentalidade, viuvez e velhice (Bastos et al., 2009).

Bárcena-Martín e Moro-Egido (2013) utilizam duas abordagens para tentar explicar o porquê de famílias monoparentais femininas estarem em maior risco de entrada na pobreza, a nível micro e a nível macro. Enquanto a abordagem de nível micro considera variáveis como idade, sexo, capital humano, situação no emprego e definição de papéis no agregado (mulher cuida dos dependentes e homem trabalha para sustentar), a abordagem de nível macro tem em conta questões como o estado de bem-estar, a flexibilidade do mercado de trabalho, o empoderamento e a desigualdade. As autoras concluíram que as variáveis de nível macro têm maior impacto na explicação das diferenças de género na pobreza (Bárcena-Martín & Moro-Egido, 2013).

As políticas sociais e a participação das mulheres no mercado de trabalho são fatores determinantes para a posição das mulheres nas sociedades industriais mais avançadas (Bárcena-Martín & Moro-Egido, 2013).

2.3. Risco de pobreza nas famílias monoparentais

Como analisado anteriormente, a monoparentalidade tem tido uma maior incidência no percurso familiar, seja pela rutura conjugal seja pela tendência que se tem observado da dissociação entre parentalidade e a conjugalidade (Marinho, 2014). Esta evolução tem contribuído para o crescimento de dois perfis sociais principais de famílias monoparentais, com características e condições socioeconómicas distintas (Wall & Lobo, 1999; Marinho, 2014).

Por um lado, o primeiro perfil diz respeito a famílias monoparentais autónomas, compostas por progenitores/as com uma estabilidade económica e habitacional que lhes permite gerir a sua vida familiar de forma independente (Wall e Lobo, 1999). Os/as progenitores/as deste perfil de famílias possuem níveis de escolaridade mais elevados, melhores oportunidades de emprego, e conseqüentemente, empregos mais estáveis e apoio de família e/ou amigos que contribuem para a capacidade de organização do dia a dia (Wall & Lobo, 1999).

Por outro lado, o segundo perfil caracteriza-se pela vulnerabilidade socioeconómica. Este tipo de família lida com mais situações de precariedade laboral, poucas oportunidades de emprego, baixos rendimentos, dificuldade de acesso à habitação e falta de apoio tanto formal como informal. Por isto, são mais propensas ao risco de exclusão social e pobreza (Wall & Lobo, 1999).

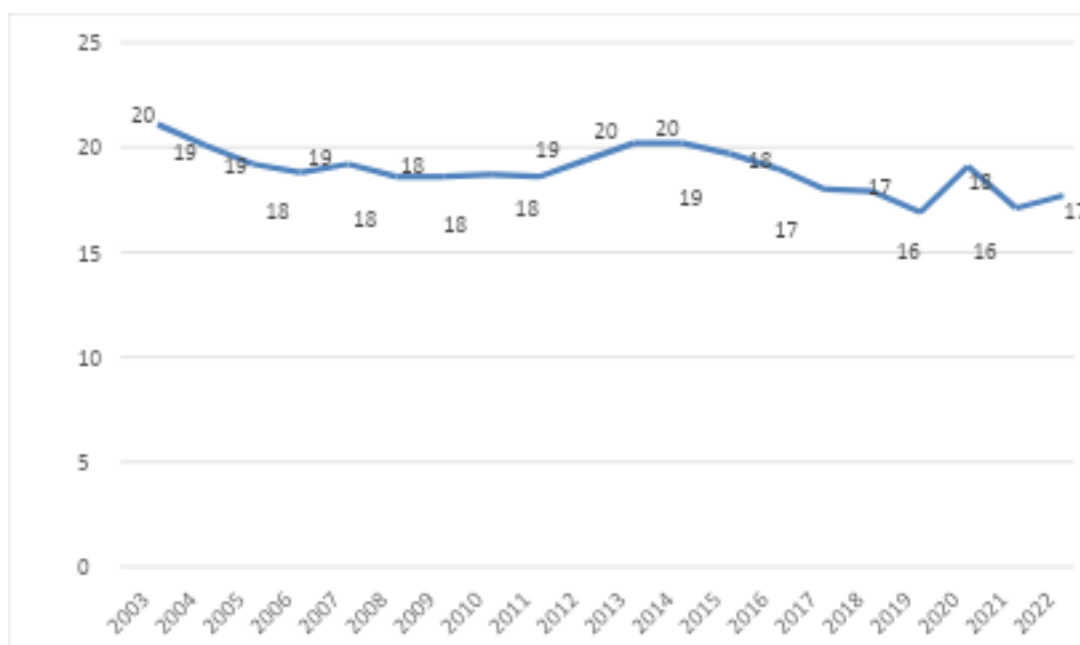
Em análise está o perfil de famílias monoparentais mais vulneráveis e em risco de pobreza, já que Diogo et al. (2021) identifica as famílias monoparentais (1 adulto com pelo menos 1 criança) como o segundo tipo de família onde a taxa de pobreza é maior.

No que diz respeito à residência, Wall et al. (2013) referiram, ainda em 2013, que a percentagem de mães e pais sós a residir com outros familiares é elevada devido à dependência económica, social e residencial. Posto isto, e tendo em conta o panorama económico atual, este ainda é um problema grave que as famílias monoparentais enfrentam.

Como referido no ponto acima, *Perspetivas acerca das causas da pobreza*, o principal fator para a vulnerabilidade económica das famílias monoparentais é o rendimento de um único progenitor que se mostra insuficiente face às despesas do agregado. As políticas sociais têm sido frequentemente orientadas para capacitar as famílias, promovendo a autonomia e reduzindo a dependência prolongada dos apoios institucionais. Tal como verificou Pressman (1998, 2002, 2003) citado por Bárcena-Martín e Moro-Egido (2013) as famílias monoparentais femininas apresentam maior risco de pobreza em alguns países, mas não noutros, pelo que as diferenças no risco de pobreza entre países sugerem que os contextos fazem diferença e que as políticas desempenham um papel relevante. (Bárcena-Martín & Moro-Egido, 2013).

2.4. Caracterização da evolução do risco de pobreza

A taxa de risco de pobreza em Portugal, entre os anos 2003 e 2022, tem-se mantido relativamente estável entre os 16% e os 20%, embora se observe uma tendência muito modesta de diminuição da taxa de risco de pobreza em Portugal entre 2003 e 2022, tal como se observa no Gráfico 1.

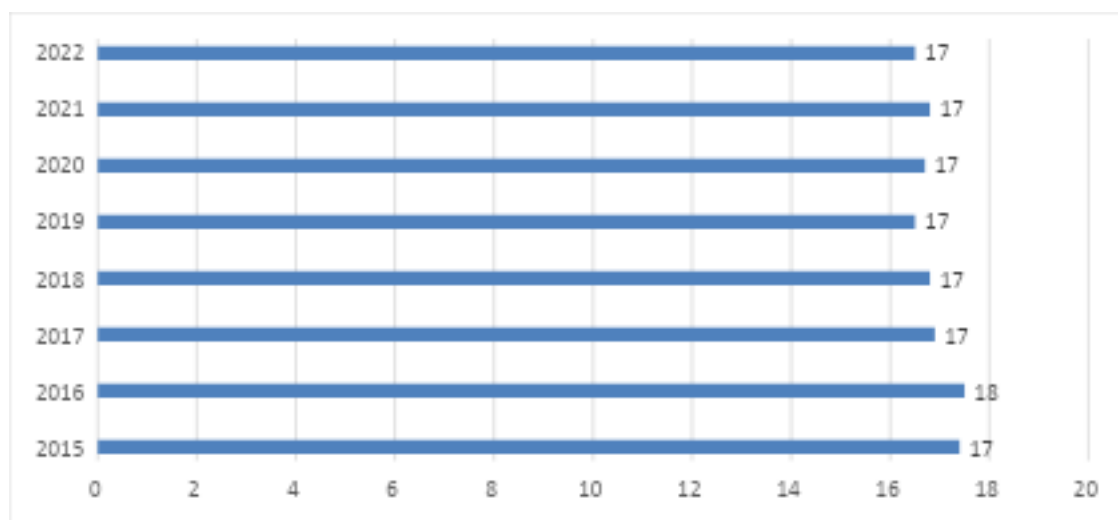


Fonte: Eurostat, 2023

Como consequência da grande crise de 2011, a taxa aumentou até 2013, estagnou em 2014 nos 19,5% e, de 2014 até 2019 a taxa diminuiu gradualmente dos 19,5% até aos 16,2%. Segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2021

(rendimentos de 2020), a taxa de risco de pobreza em Portugal era de 18,4%, mais 2,2 pontos percentuais do que em 2019. Já em 2021, de acordo com o INE, a taxa era de 16,4%. Apesar de o ano de 2020 ter sido fortemente marcado pelo Estado de Emergência devido ao vírus Sars-cov-2 e, mais recentemente, a invasão russa à Ucrânia, a evolução do risco de pobreza mantém-se, mais ou menos estável, entre os 16% e os 18% de população em risco de pobreza desde 2016.

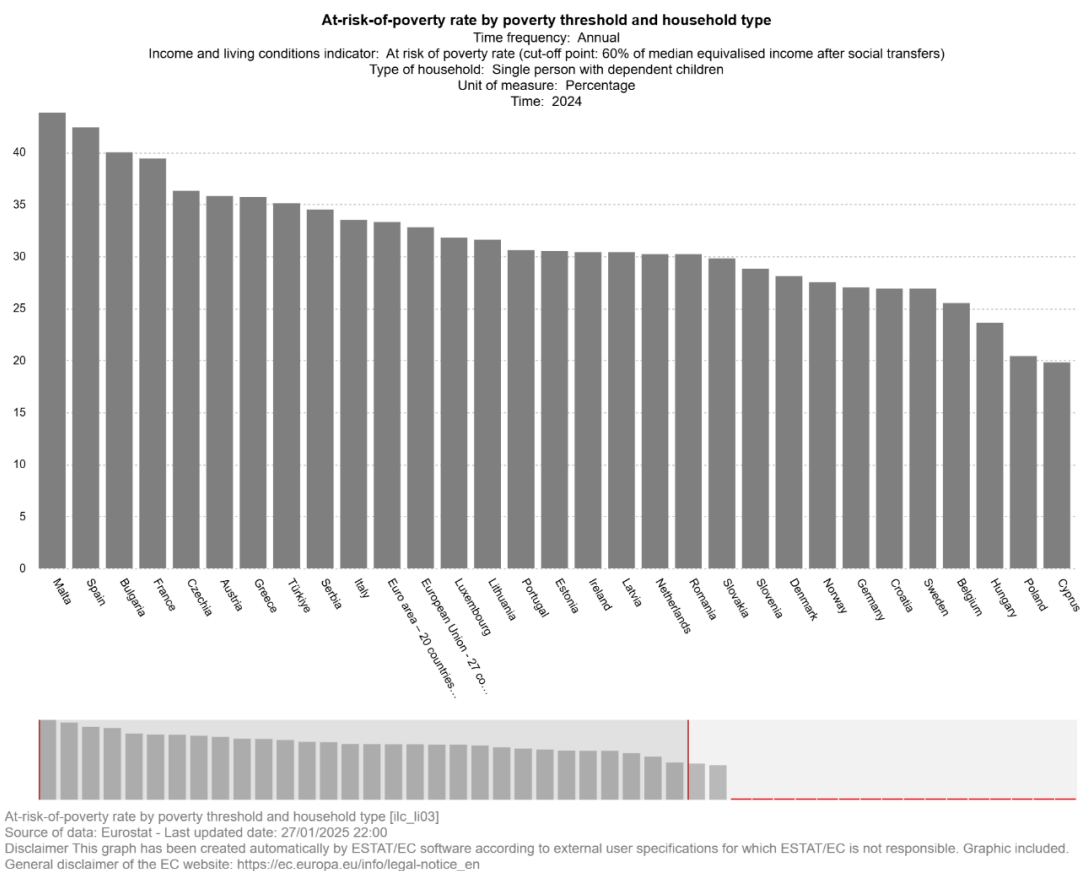
Na União Europeia, os valores da taxa de pobreza ao longo da última década mantiveram-se entre os 16% e 17%, como se observa no Gráfico 3. Verifica-se ainda um ligeiro aumento na taxa desde 2019 até 2021.



Fonte: Eurostat, 2023

No que respeita a agregados familiares, e tendo em conta os que têm uma ou mais crianças a cargo, de acordo com o EU-SILC Survey são os monoparentais com maior taxa de risco de pobreza (Gráfico 3), seguidos dos agregados com dois adultos e três ou mais crianças e, por fim, agregados de dois adultos com uma criança dependente (Eurostat, 2025).

Gráfico 3- Taxa de risco de pobreza, por tipo de agregado familiar, em 2024



eurostat

Fonte: Eurostat, At-risk-of-poverty rate by household type

Os grupos que constituem a sociedade são mais ou menos vulneráveis à pobreza consoante fatores como capital humano, mercado de trabalho, redes de suporte formais e informais, e regimes de bem-estar (Eurostat, 2021). Em 2016, na União Europeia, as mulheres estavam em maior risco de pobreza (17,9%) quando comparadas com os homens (16,6%) (Eurostat, 2021).

Para reduzir a taxa de risco de pobreza é possível recorrer-se a medidas de proteção social, no entanto, as transferências sociais, não são suficientes para eliminar o risco de pobreza e as suas causas. Desta forma, devem ser trabalhados um conjunto de fatores para além da proteção social, nomeadamente, o mercado de trabalho, a rede de suporte formal e o capital humano (Eurostat, 2023).

Capítulo 3- A perspetiva de género no estudo da pobreza das famílias monoparentais

3.1. A abordagem das capacidades

De modo a atingir os objetivos traçados para a análise da pobreza, será adotada a abordagem baseada nas capacidades de Amartya Sen que ao criticar a literatura que se foca apenas no rendimento das pessoas, incorpora na sua teoria as capacidades e funcionalidades para que o foco dos estudos esteja no que as pessoas podem fazer e alcançar (Robeyns, 2003). Segundo Pereira (2010), para Amartya Sen, “a capacidade indica o que a pessoa pode realizar e os funcionamentos o que a pessoa realiza” (Pereira, 2010, p. 59). Assim, a capacidade de determinada pessoa resulta de “combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela” e os funcionamentos equivalem às “várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter” (Sen, 1999/2000, citado por Pereira, 2010, p. 59). Assim, a crítica aos estudos que se baseiam principalmente nos rendimentos das pessoas para avaliar padrões de vida e níveis de pobreza assenta na heterogeneidade e complexidade das pessoas (Pereira, 2010).

Como a abordagem a adotar será a das capacidades, na tabela abaixo encontram-se as dimensões de análise inspiradas no quadro conceptual desenvolvido por Amartya Sen quando se observa a pobreza numa perspetiva de género e privação de bem-estar.

Em Portugal, esta tabela foi utilizada no estudo de Bastos et al. (2009), que adota a definição de pobreza como um conceito multidimensional onde a privação resulta da falta de recursos nas várias dimensões da vida e, por isso, fazem uma abordagem da pobreza não só no sentido material, mas também como um “estado de privação de bem-estar” (Bastos et al., 2009) onde analisam as dimensões desenvolvidas por Amartya Sen.

Tabela 1- Pobreza como privação do bem-estar: dimensões para análise numa perspectiva de género

Trabalho doméstico, cuidado e vida familiar	Ser capaz de criar filhos e cuidar de outros em termos de igualdade com outros membros da família.
	Ser capaz de participar na tomada de decisões sobre questões domésticas importantes e familiares, em igualdade de poder e recursos económicos.
Recursos económicos e vida profissional	Ser capaz de integrar profissões socialmente reconhecidas e satisfatoriamente recompensadas, a condições de trabalho adequadas em termos de tempo de trabalho, conteúdo do trabalho, proteção do emprego, nível salarial, benefícios sociais.
	Ser capaz de beneficiar de oportunidades de promoção e progressão na carreira e realizar projetos profissionais gratificantes, incluindo o empreendedorismo.
	Ser capaz de obter um empréstimo bancário, ser um assalariado com fluxo regular de rendimentos, ser economicamente autónomo em caso de divórcio, viuvez ou interrupção da relação laboral.
Educação, capacidades e conhecimento	Ser capaz de ser formalmente educado, qualificado, beneficiar-se de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, usar computador, internet, acesso a fontes de informação e produzir conhecimento.
Habituação e ambiente	Poder viver num ambiente habitacional seguro e agradável, tanto ao nível das condições internas e infraestruturas (tipo de construção, infraestruturas básicas, bens de conforto, luz natural, espaços habitáveis) como das condições externas (ambiente residencial/bairro, proximidade dos serviços sociais, transporte público).
Saúde física e psicológica	Poder ter saúde física e psicológica, ter acesso a serviços de saúde gratuitos (ou parcialmente gratuitos), inclusive psicológicos.
Segurança, proteção e integridade	Poder ser protegido contra todas as formas de violência (assédio, abuso e exploração sexual), atitudes e práticas alicerçadas em preconceitos de género.
	Poder ser tratado com respeito e dignidade em toda a vida circunstâncias.
Relações sociais, participação na vida pública e ambiente político	Ser capaz de participar nos processos de tomada de decisão política, tanto no setor privado/empresarial quanto no público, no sistema político (nos níveis supranacional, nacional, regional e local).
	Poder participar nas redes sociais, que são fonte fundamental de capital social e apoio social, bem como estar envolvido em atividades culturais e recreativas/lazer.
Autonomia de tempo	Ser capaz de exercer autonomia na alocação do seu tempo e beneficiar de uma gestão individual equilibrada do tempo, incluindo tempo suficiente para dormir, relaxar ou outras necessidades individuais

Fonte: Adaptado de Bastos et al., 2008

A abordagem das capacidades tem em consideração a diversidade humana ao reconhecer que a conversão do rendimento em capacidades pode diferir de pessoa para pessoa de acordo com as suas características individuais e circunstâncias externas e que se torna redutor partir do princípio de que a desigualdade se pode medir tendo em conta apenas os rendimentos. Uma das vantagens da abordagem das capacidades passa pela consideração de que dentro do próprio agregado existem desigualdades dado que os rendimentos podem não ser distribuídos de forma igualitária pelos membros (Robeyns, 2003).

3.2. Desigualdades de género na pobreza

À medida que as famílias monoparentais crescem, também o risco de pobreza as acompanha. Na revisão de literatura realizada, evidencia-se como resultado consensual a existência de um maior risco de pobreza nas famílias monoparentais femininas em relação às famílias monoparentais masculinas. Neste contexto, apesar do crescente reconhecimento da necessidade de combater a pobreza nas famílias monoparentais e promover a igualdade de género, a disparidade entre homens e mulheres é ainda uma realidade, com tendência a favorecer o homem (Maldonado & Nieuwenhuis 2015; Lu et al., 2020).

3.2.1. Fatores estruturais e políticos que influenciam a pobreza

Nieuwenhuis (2020) reflete sobre três grandes problemas que os pais monoparentais enfrentam, sendo estes os recursos, políticas inadequadas e emprego. Relativamente aos recursos, os autores perceberam que existe um crescimento no envolvimento dos pais, mesmo depois de separação/divórcio. Ressalvam que é cada vez mais importante a presença dos pais e é necessário implementar políticas que os motivem a fazê-lo.

No que toca aos benefícios e transferências sociais, a situação económica das famílias monoparentais pode ser afetada por políticas que não são dirigidas especificamente a estas. Este facto demonstra a importância de incluir nas políticas a diversidade familiar.

Sobre o emprego, é muito importante que qualquer pai ou mãe esteja empregado para poder auferir rendimentos que cubram as despesas do agregado, no entanto, o que

acontece nos casos de mães monoparentais é que o rendimento é inadequado e não permite garantir que não fiquem em risco de pobreza, o que significa que, mesmo empregadas, têm de contar com apoios do estado. Neste ponto, também Geinger et al. (2018) realçaram a importância do fator desemprego na vida das pessoas em situação de pobreza pois afeta não só a área financeira da vida, mas também a parte das relações interpessoais e ainda dificuldades psicológicas, dada a frustração e preocupação com a sua situação.

Para além dos problemas apontados por Nieuwenhuis (2020), existe ainda um obstáculo, de grande relevância para este trabalho, que é a dificuldade em aquecer as casas no inverno ou arrefecê-las no verão, também conhecida como pobreza energética. Conceito relativamente recente, aborda uma dificuldade muito real para as famílias monoparentais, e demonstra como esta vulnerabilidade resulta da interseção entre fatores estruturais e individuais (Sunikka-Bank & Galvin, 2021). Os autores concluem que a vulnerabilidade não decorre apenas da estrutura familiar, mas da combinação de vários fatores, nomeadamente, a monoparentalidade, baixos rendimentos, género e o contexto nacional (Sunikka-Bank & Galvin, 2021).

3.2.2. O papel da educação e o capital humano: Teoria do Capital Humano

A teoria do capital humano, explicada por Kramer et al. (2016), é muitas vezes referência para explicar as disparidades de rendimento. Esta parte do pressuposto de que as pessoas ao investirem em áreas como a educação, saúde, trabalho e outras, podem melhorar as suas aptidões e habilidades tornando-as mais produtivas e propensas a obterem rendimentos mais elevados. No entanto, os resultados de um estudo realizado nos Estados Unidos da América evidenciam que, se por um lado são as mulheres que têm maiores níveis de educação, são também estas que têm maior risco de pobreza quando integradas numa família monoparental (Kramer et al., 2016).

Já Geisler e Kreyenfeld (2019) que realizaram um estudo comparativo da população na Alemanha, observaram que são os homens com maiores níveis de educação e, por isso, maiores rendimentos. Com o objetivo de perceberem o porquê de mães solteiras terem mais dificuldades que pais solteiros, Geisler e Kreyenfeld (2019) argumentam que a diferença no risco de pobreza reside em fatores socioeconómicos, tais como maiores níveis de educação, categoria profissional mais alta e as crianças/jovens a seu encargo serem menos e, de forma geral, mais velhas (Geisler & Kreyenfeld 2019).

À semelhança de Kramer et al. (2016) também Siegel e Abbott (2007) fazem referência à teoria do capital humano ao constatar que o capital humano das pessoas em situação de pobreza é menor, o que resulta em desemprego, instabilidade no trabalho e baixos rendimentos. Os defensores da teoria do capital humano sustentam a sua teoria com o aumento da formação e competência das pessoas para que se tornem mais competitivas no mercado de trabalho para o sucesso futuro (Siegel & Abbott, 2007; Kramer et al., 2016).

Kramer et al. (2016) e Provencher e Carlton (2018) estudaram também a disparidade entre famílias monoparentais femininas e masculinas nos Estados Unidos da América e chegaram à conclusão que, a disparidade de rendimentos entre pais e mães solteiros é explicada até um certo ponto, mas que existe uma percentagem de disparidade que não é possível fundamentar com fatores socioeconómicos e, por isso, deixa como pista para investigação futura a inclusão de uma abordagem de género nestes estudos apontando ainda que as disparidades entre mães solteiras e pais solteiros é maior que a diferença entre homens e mulheres no geral (Kramer et al., 2016).

3.2.3. Barreiras ao emprego e ao bem-estar

Apesar da educação estar associada a maiores níveis de rendimento e melhores cargos profissionais, ter emprego não é suficiente para que mães solteiras, e famílias monoparentais em situação de pobreza, não precisem de apoios sociais (Diogo et al., 2021). Esta questão é abordada por Isola et al. (2019), que no seu estudo realizado na Finlândia mostram que muitas vezes nas famílias monoparentais femininas o cuidado das crianças dependentes e o trabalho precário e/ou temporário são uma realidade (Isola et al., 2019).

Empregos com condições precárias fazem com que a probabilidade das pessoas recorrerem novamente aos apoios sociais seja maior e Siegel e Abbott (2007) observaram dois grupos de pessoas, ambos beneficiários do sistema social, um que conseguiu sair do sistema enquanto o outro grupo saiu, mas por diversos motivos teve de regressar. Referiram diversos pontos fulcrais para uma reinserção eficiente no mercado de trabalho, nomeadamente: barreiras ao emprego, onde as pessoas apontam como principais motivos a falta de acesso a cuidados infantis (como creches ou infantários), inadequação de transportes, experiência profissional e ter de cuidar de um familiar dependente. Outra barreira mencionada pelos autores é a saúde, ao perceberem que ter uma saúde fragilizada,

alguma deficiência ou cuidar de um familiar ou criança com deficiência(s) é também uma barreira importante para o acesso ao emprego (Siegel & Abbott, 2007; Swafford et al., 2015).

Os autores Siegel e Abbott (2007) referiram que as pessoas voltavam aos programas sociais devido às dificuldades em manter o emprego dadas as condições, por isso não se trata apenas de conseguir trabalho, é preciso que existam boas condições de trabalho (Siegel & Abbott 2007).

A experiência da situação de pobreza associada ao desemprego pode diferir entre homens e mulheres. Isola et al. (2019) dizem-nos que, assumindo que tanto um pai como uma mãe solteiros e desempregados, o homem tem maior tendência a experienciar sentimentos de inutilidade e frustração, ao contrário da mulher (Isola et al., 2019). Esta demonstra uma maior fluidez entre a dimensão da maternidade e do trabalho. O observado revela que a crença de que o valor do homem advém do trabalho profissional está ainda muito enraizada na sociedade.

3.2.4. Bem-estar familiar e segurança alimentar

Sano et al. (2021) identificam 3 grandes dimensões de bem-estar: estabilidade económica, vida familiar e estabilidade alimentar e concluem que a estabilidade e bem-estar familiar dependem também de fatores externos, nomeadamente a nível da comunidade, família e mudanças nas políticas. Na dimensão da estabilidade económica os autores referem questões como a dinâmica da pobreza, a eficiência de programas de empregabilidade, problemas de emprego e o comportamento financeiro das famílias. Sobre a vida familiar, onde as pessoas procuram apoio, conforto, descanso e alimentação, promovem bons estilos de vida e onde cresce, maior parte das vezes, a geração seguinte foram analisadas questões como equilíbrio entre vida familiar e profissional, dinâmicas parentais e bem-estar das crianças. A dimensão da (in)segurança alimentar onde são discutidas questões como programas alimentares, medição de insegurança alimentar e fatores que influenciam a insegurança alimentar é de extrema importância pois ter, ou não, alimentos suficientes e uma alimentação nutritiva contribui para a perceção de bem-estar familiar. As autoras concluíram que a estabilidade económica da família depende da interação de vários fatores, e a chave está na interação em si, pois individualmente estes não levam a um estado de bem-estar geral. Para que isso aconteça é necessário que exista uma rede entre fatores que os interligue de modo a chegar à estabilidade económica, bem-

estar familiar e, eventualmente, a saída da situação de pobreza. Por exemplo, falar apenas de emprego e não considerar o acesso a creches/infantários não é viável tendo em conta que para as famílias monoparentais esta é uma questão de extrema relevância (Sano et al., 2021).

É sabido que as crianças que vivem em agregados monoparentais estão em maior risco de pobreza e exclusão social comparadas com crianças em agregados nucleares (Chzhen & Bradshaw, 2012). No entanto, a maior ou menor vulnerabilidade das famílias difere, entre outros fatores, consoante o país em que residem e características das próprias pessoas na família (Chzhen & Bradshaw, 2012). O que os autores descobrem, em primeiro lugar, é que a percentagem de crianças a viver apenas com o pai é tão baixa que torna difícil o estudo das suas características e que este número é ligeiramente mais alto nos países nórdicos.

Relativamente às características das famílias monoparentais os autores apontam como principais fatores para a situação de pobreza o facto de viver um único progenitor numa habitação, uma mãe sozinha com o/s filho/s, os agregados com mais filhos, níveis baixos de educação e pessoas que nunca casaram. As crianças estão ainda em maior risco de pobreza quando o/a pai/mãe não trabalha, principalmente a tempo inteiro. De qualquer das formas, as características das famílias não explicam só por si toda a diferença no risco de pobreza das crianças. É também crucial olhar para os regimes de bem-estar de cada país que têm um impacto muito significativo na situação económica das famílias (Chzhen & Bradshaw, 2012).

3.2.5. Estratégias familiares para fazer face à pobreza

As estratégias que as pessoas utilizam para fazer face à situação de pobreza varia não só consoante características pessoais, prioridades e objetivos, mas também consoante o meio onde vivem, se rural ou urbano, e as políticas em vigor no país.

Ejrnæs et al. (2020) explora as estratégias usadas por famílias em situações de vulnerabilidade e tem como base um estudo feito acerca dos apoios sociais entre 2002 e 2009, na Dinamarca. Os autores focam-se na margem de manobra e na ponderação e escolhas que as famílias em situação de vulnerabilidade tomam para atingir um determinado objetivo. Entrevistaram duas tipologias de famílias, uma mãe solteira com uma filha e um casal com 5 filhos e chegaram à conclusão de que nas duas famílias os

pais priorizam as necessidades dos filhos antes das suas. Ambos os casos utilizam a sua energia e estratégias de *coping* para minimizar não só privações, mas também a possível exclusão social que os filhos podem sentir. No entanto, as estratégias propriamente ditas que utilizam para atingir este objetivo comum, o bem-estar dos filhos, são totalmente diferentes pois dependem de condições estruturais, contextuais, pessoais bem como as considerações e reflexões dos pais sobre como e que necessidades das crianças priorizar. Para começar, a mãe solteira vive no meio urbano com a filha enquanto o casal com 5 filhos vive numa área rural. Logo aqui existem grandes diferenças, se por um lado no meio rural a renda é mais baixa, a comunidade é mais unida e conseguem produtos perecíveis a preços mais baixos, na zona urbana, a mãe solteira refere ter adquirido um dom para procurar moedas no chão e recolher garrafas de plástico no chão para trocar por dinheiro nas máquinas dos supermercados⁴.

No seguimento da análise das estratégias adotadas por pais e mães monoparentais, Mistry et al. (2008) utilizam uma abordagem mista para examinar as estratégias utilizadas pelas mães monoparentais para lidarem com as despesas do agregado, a sua experiência de pobreza e as consequências para o funcionamento da família e das crianças. Durante a fase de entrevistas os autores chegaram à conclusão de que não só as necessidades básicas eram consideradas essenciais, mas também alguns extras, como por exemplo, levar as crianças em algum tipo de atividade/refeição fora do domicílio, que afetava psicologicamente de forma negativa as mães que não conseguiam providenciar esse tipo de atividades aos filhos/as (Mistry et al., 2008).

As conclusões indicam que ao incluir medidas económicas à volta de pequenos extras, não considerados essenciais, assim como necessidades básicas e incluir ainda recursos adicionais que não provenham de apoios do Estado ou rendimentos são importantes para o desenvolvimento comportamental das crianças, assim como o sentimento de providenciar das mães (Mistry et al., 2008).

Com o mesmo objetivo, Kroger (2009) comparou as estratégias de mães solteiras vindas de cinco países Europeus- Portugal, Itália, Finlândia, França e o Reino Unido, e analisa a possibilidade desta gestão ser influenciada pelo regime de bem-estar em cada

⁴ Na Dinamarca, assim como outros países nórdicos, uma das medidas relacionadas com o ambiente e menor uso de plástico prende-se com a troca de garrafas de plástico por dinheiro por forma a incentivar as pessoas a entregar as garrafas para que sejam recicladas nos devidos sítios.

país e concluiu que, independentemente do regime em análise, as necessidades das mães solteiras não eram adequadamente correspondidas com o cuidado formal e informal disponível. Uma mãe solteira que não tenha acesso a cuidado informal que complemente a lacuna deixada pelas respostas do cuidado formal encontra-se numa situação de vulnerabilidade em qualquer regime de qualquer país. Neste sentido, o autor ressalva ainda as parecenças entre regimes do Norte e do Sul uma vez que partilham a incapacidade de responder às necessidades de um grupo que, per se, está em desvantagem (Kroger, 2009).

3.2.6. Modelos de políticas familiares e impacto no género

No seguimento do estudo das políticas adotadas nos diferentes países para combater a pobreza, Misra et al. (2007) coloca em análise 4 modelos diferentes de políticas relativas à família e trabalho, as estratégias de *earner*, *carer*, *choice* e *earner-carer*. Cada estratégia afeta de forma diferente as taxas de pobreza pelo que se torna importante analisar cada uma delas. Se por um lado o modelo *carer* - cuidador, adotado por países como Países Baixos, Alemanha e Luxemburgo, valoriza as mulheres por ficarem em casa a cuidar da/s criança/s através da atribuição de subsídios de cuidadores, licenças e horários flexíveis no trabalho, assim como incentiva ao trabalho em *part-time*, por outro lado, o modelo *earner* – ganhador, aposta numa estratégia de maior igualdade de género, onde ambos os progenitores são incentivados a participar no mercado de trabalho com pouco suporte por parte do estado para o cuidado com as crianças. Este modelo é adotado por países como o Canadá, os Estados Unidos e o Reino Unido. Relativamente ao modelo *choice* – escolha, posto em prática pela França e Bélgica, observa-se uma abordagem mais ambivalente, onde as políticas incentivam tanto ao trabalho a tempo inteiro, como ao cuidado das crianças, principalmente até aos 3 anos de idade, dando a escolha ao progenitor/a. Finalmente, o modelo *earner – carer*, ganhador – cuidador, adotado por países como Suécia, Noruega e Finlândia sugere uma visão mais equilibrada onde tanto homens como mulheres gerem o trabalho de cuidado às crianças como o emprego. Estes são encorajados a usufruir das licenças disponíveis, mas caso não o façam têm ao seu dispor serviços de cuidados às crianças (Misra et al., 2007).

Apesar das estratégias representarem incentivos às mulheres para ou cuidarem ou trabalharem, existem algumas questões importantes a referir. O modelo *carer*, apesar de permitir que as mulheres cuidem da criança, acaba por incentivar ao trabalho em tempo

parcial o que faz com que as mulheres, principalmente as monoparentais, tenham maiores taxas de pobreza. Também o facto de o estado providenciar licenças parentais, mas carecer de cuidados infantis como creches e/ou infantários assim como incentivar apenas mulheres a cuidarem das crianças ao invés de incentivarem os pais faz com que, mais uma vez, as taxas de pobreza sejam mais elevadas para as mães monoparentais. Já o modelo *earner*, apesar de incentivar à participação no mercado de trabalho e não fornecer qualquer apoio nos cuidados às crianças coloca mães/pais monoparentais em situações de vulnerabilidade muito grande dado que dependem de cuidados infantis privados e/ou recorrerem a família/amigos, o que representa incerteza e instabilidade nos cuidados das crianças. Já o modelo *choice*, que incentiva tanto à participação no mercado de trabalho como ao cuidado das crianças, de modo geral encoraja as mulheres a cuidarem das crianças ao invés de promoverem a igual participação do pai no cuidado das crianças. Já no modelo *earner – carer*, a Suécia apresenta maiores números de mulheres a trabalharem em part time assim como maior probabilidade de tirar licenças para cuidar de crianças doentes. Mesmo assim, é o modelo que apresenta a forma de incentivo mais igualitária no cuidado às crianças (Misra et al., 2007).

De forma complementar, Canali et al. (2017) que conduziram um estudo em Itália acerca da perspectiva das famílias em situação de pobreza das suas necessidades, suportes e forças ressaltam o facto de o alto nível de pobreza e exclusão social poder ser atribuído, entre outros fatores, à ineficácia das políticas sociais, a forte dependência dos subsídios e a falta de intervenção e trabalho com as pessoas. A elegibilidade para o acesso aos subsídios depende unicamente dos rendimentos dos agregados, um procedimento administrativo no qual as pessoas não são envolvidas nos seus próprios processos de reinserção, sem considerar as capacidades e habilidades que estas têm para oferecer, como por exemplo, o conhecimento de uma língua específica, cuidar de crianças e pessoas idosas, jardinagem, canalização, cozinheiros/as, pintores/as, etc, que foram identificadas pelas famílias entrevistadas para este estudo (Canali et al., 2017). De forma complementar, Schiettecat et al. (2017) referem que as medidas e serviços sociais são baseados num determinado objetivo que é fundamentado na ideia de transformar pessoas em situação de pobreza que usufruem destes serviços em pessoas ativas e autossuficientes sem que tenham em conta as perspectivas e objetivos das pessoas envolvidas (Schiettecat et al., 2017).

Os principais problemas apontados pelas famílias foram problemas relacionados com o trabalho, habitação, saúde, família, justiça e educação (Canali et al., 2017). Relativamente aos apoios recebidos pelas famílias temos suporte económico, alimentação, roupa, redução de taxas moderadoras, aconselhamento e apoio com a habitação e, ainda, apoio às crianças após a escola (centro de atividades). Do ponto de vista das famílias, dos apoios recebidos, os que foram considerados mais úteis e eficazes são creches, centros de dia, ATL's, redução de taxas relativas a serviços para as crianças, centros de estudo e aconselhamento. Uma menor percentagem de pessoas considerou o apoio económico e bens materiais como o mais eficaz. Neste sentido, o que os autores perceberam é que o que as famílias consideram como mais eficaz e útil é o que recebem menos. Assim, os tipos de apoio mais valorizados por quem os usufrui são serviços sociais e de saúde, habitação seguida de apoio económico, serviços relacionados com o trabalho, cuidados com a casa e residência (Canali et al., 2017).

3.2.7. Intervenção Precoce e Serviços Sociais

Para além da importância das medidas e dos apoios que as famílias monoparentais têm ao seu dispor, existe ainda um fator de grande peso no processo de saída da situação de vulnerabilidade, a intervenção precoce. Swafford et al. (2015) aborda a intervenção precoce das práticas centradas na família e experiências das mesmas através de 17 famílias que usufruem diferentes serviços. Algumas das descobertas incluem a satisfação geral das pessoas com a intervenção precoce, a forma como variáveis demográficas influenciam a experiência das famílias com os serviços e que existem contradições na perceção de alguns serviços pois se por um lado há famílias que vêm como úteis e positivos, por outro lado, há famílias a identificar os mesmos serviços como sendo uma barreira ao resultado positivo.

A intervenção precoce pode resultar em maior conhecimento para as famílias, crenças mais fortes de autoeficácia, que afetam a qualidade de vida. A qualidade de vida é uma medida subjetiva e única para cada família e até indivíduo. De uma perspetiva de intervenção precoce com as famílias, a qualidade de vida envolve ter necessidades atendidas, desfrutar da vida em família, ter oportunidades para seguir e atingir objetivos específicos, satisfação com serviços e apoios, estar informado/a para tomar decisões e passar tempo em ambientes que promovem conexões sociais (Swafford et al., 2015).

De acordo com os autores, 1 em cada 5 crianças na América vive abaixo do limiar de pobreza, no entanto, este valor aumenta quando falamos de famílias com crianças portadoras de deficiências. Concluíram que famílias monoparentais com crianças portadoras de deficiências enfrentam insegurança alimentar, menores opções habitacionais e serviços públicos desligados. Estes acontecimentos contribuem para o aumento do *stress* e afeta negativamente a qualidade de vida. Também as famílias monoparentais estão em maior risco de estar num nível socioeconómico mais baixo, ou até mesmo em situação de pobreza, o que aumenta o potencial de desenvolvimento de riscos para as crianças (Swafford et al., 2015).

Os resultados do estudo mostram que, em relação ao profissional que acompanha a família existe uma satisfação geral com a prestação de informação considerando a pessoa uma valiosa fonte de informação e ajuda.

Descobriram ainda que as variáveis demográficas, como a localização da família, a severidade da deficiência da criança e a monoparentalidade afetam a abordagem precoce. Destas, a que mais impacto tem na intervenção precoce é a severidade da deficiência da criança pois várias famílias apontaram a necessidade de maior assistência em conseguir diferentes terapias e tratamentos e na ajuda na gestão de horários, rotinas e articulação com outro tipo de serviços. Também a monoparentalidade, devido ao menor orçamento familiar e sobrecarga no/a progenitor/a e a localização da família, pois em áreas rurais são mais escassos os serviços e a sua variedade, são fatores com um grande impacto na abordagem precoce com as famílias (Swafford et al., 2015).

Por fim, os autores referem ainda a perspetiva bioecológica desenvolvida por Bronfenbrenner (1979) que nos ajuda a compreender a forma como os diferentes níveis de um sistema influenciam as famílias e os serviços por si utilizados. Ou seja, esta perspetiva diz-nos que cada família funciona num microssistema único, por exemplo através das variáveis demográficas como a estrutura familiar, que está vinculado a um mesossistema, como o apoio dos serviços sociais, integrado num exossistema, as políticas e procedimentos, e influenciado por um macrossistema, onde está a perceção da sociedade em relação às famílias em situação de pobreza e os diversos estigmas à volta da questão (Swafford et al., 2015). À semelhança de Swafford et al. (2015), também Jędrzejczak e Pekasiewicz (2020) referem a importância da intervenção precoce.

3.2.8. A Pobreza de tempo

Existe ainda um tipo de pobreza que apesar de ser mais sentido por mães solteiras, não é muito estudado. No entanto, há evidência que demonstra o impacto que o tempo livre, ou a falta dele, tem na saúde das pessoas, assim como a sua importância na criação de laços afetivos nas relações interpessoais (Zilanawala, 2014).

De acordo com o estudo, existem 4 tipos de tempo, o tempo “contratado”, que é passado a fazer ou trabalho pago, ou relacionado com a sua educação; o segundo tipo de tempo é o “comprometido”, que é o tempo não pago, passado a fazer tarefas domésticas, ajudar outras pessoas, compras e tempo passado com as crianças. O terceiro tipo de tempo é o “necessário”, e este é passado a comer, dormir e fazer a higiene. O quarto tipo é o tempo “livre” que é o tempo que sobra depois dos restantes serem retirados do dia de uma pessoa (Zilanawala, 2014).

Considera-se que uma pessoa está mais vulnerável a este tipo de pobreza quando o seu tempo livre é insuficiente depois de ter em conta o tempo despendido a trabalhar (tempo pago e não pago).

As mães solteiras acabam por ser as que mais experienciam este tipo de pobreza por terem de conciliar os quatro tipos de tempo sem outro adulto para dividir a carga física/emocional. Para além disso, as mães solteiras por terem apenas o seu rendimento para o agregado não conseguem comprar serviços que lhes ajude a “ganhar” tempo livre (Zilanawala, 2014). Não só esta autora refere a falta de tempo como um fator fulcral a ter em consideração, mas também Alazzawi, (2018) diz que os agregados monoparentais femininos lidam com maiores dificuldades a vários níveis, e um deles é o constrangimento e a falta de tempo tendo em conta que a progenitora desempenha diversos papéis no agregado, seja responsabilidades em relação à criança ou à casa Alazzawi, (2018).

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 4- Aspectos metodológicos

A definição das opções metodológicas constitui um passo essencial em qualquer investigação, na medida em que permite articular a pergunta de partida, os objetivos definidos e os procedimentos de recolha e análise de dados. O presente capítulo apresenta o caminho descoberto para compreender as dificuldades da vivência da pobreza das famílias monoparentais femininas e masculinas, beneficiárias da Fundação AMI em 2024, numa perspetiva de género.

Neste sentido, o capítulo organiza-se em torno da explicação da formulação da pergunta de partida e objetivos, a seleção do universo do estudo empírico e a seleção das pessoas a entrevistar, dos métodos e técnicas de investigação, dos instrumentos de recolha de dados e, por fim, da grelha de análise.

4.1. Pergunta de Partida e Objetivos

No início do caminho para descobrir a temática da monoparentalidade, pobreza e género, foi necessário delinear a pergunta de partida, dado que delimita o campo de pesquisa (Carmo & Ferreira, 2008). Posto isto, o presente trabalho procurou responder à questão “De que forma a desigualdade de género se manifesta na vivência da pobreza das famílias monoparentais?”. Para esse efeito, foi delineado um objetivo geral, “Conhecer a vivência da pobreza das famílias monoparentais adotando o quadro analítico de capacidades de Sen, numa perspetiva de género”, e quatro objetivos específicos, que se seguem:

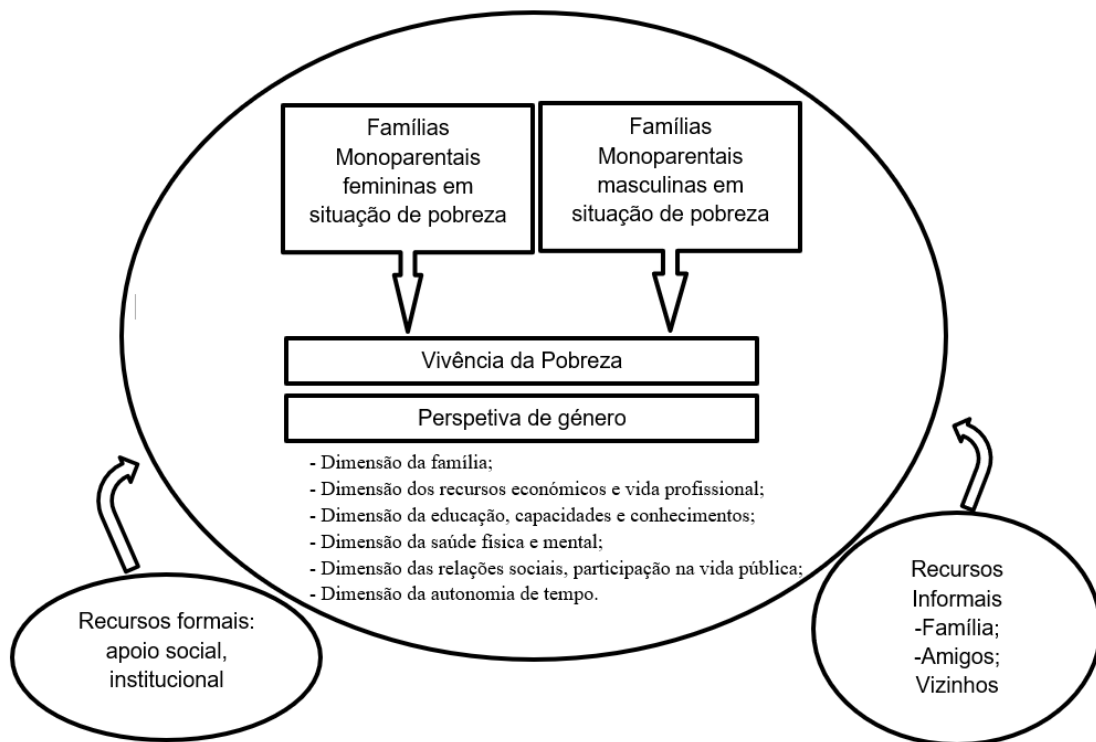
1. Caracterizar as famílias monoparentais beneficiárias da Fundação AMI em 2024, quanto à educação e formação, situação laboral, necessidades diagnosticadas, recursos formais e informais e saúde;
2. Identificar diferenças e semelhanças entre agregados familiares monoparentais masculinos e femininos beneficiários da Fundação AMI em 2024 nas dimensões de educação e formação, laboral, necessidades diagnosticadas, recursos formais e informais e saúde;
3. Explorar e compreender, numa perspetiva de género, a experiência de privação de capacidades básicas das famílias monoparentais em situação de pobreza.

4. Relacionar a experiência de privação de capacidades das famílias monoparentais femininas e masculinas beneficiárias da Fundação AMI com os recursos formais e informais disponíveis e mobilizados.

4.2. Modelo de Análise

Assente na revisão de literatura, na pergunta de partida e nos objetivos propostos a alcançar, contruiu-se o modelo de análise (Figura 1), que pretende relacionar os principais conceitos teóricos com as dimensões do estudo.

Figura 1- Modelo de Análise



Fonte: Elaboração Própria

O presente modelo de análise assenta numa articulação entre a perspetiva de género e a abordagem das capacidades de Amartya Sen, aplicado ao estudo das famílias monoparentais femininas e masculinas em situação de pobreza. Esta opção analítica justifica-se pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, as condições de vida destes agregados, tendo em consideração não apenas os recursos disponíveis, mas também a possibilidade efetiva de os transformar em oportunidades reais de bem-estar.

A perspetiva de género é central, uma vez que a monoparentalidade, embora vivida por homens e mulheres, revela fortes assimetrias sociais, económicas e culturais. Enquanto a monoparentalidade feminina seja mais comum e associada à vulnerabilidade económica e dificuldades de conciliação, a masculina permanece menos estudada, marcada por desafios ligados às normas de masculinidade e às redes de apoio disponíveis. Assim, esta dimensão permite analisar tanto diferenças de acesso a recursos como as desigualdades que moldam estas experiências.

Por sua vez, a abordagem das capacidades de Amartya Sen fornece um quadro teórico que ultrapassa a visão da pobreza como mera falta de rendimento, centrando-se nas liberdades reais dos indivíduos para alcançarem funcionamentos valorizados, como a saúde, educação e autonomia. Aplicada à monoparentalidade em contexto de pobreza, esta abordagem possibilita compreender como homens e mulheres conseguem transformar os recursos e apoios em oportunidades efetivas de bem-estar (Robeyns, 2003; Bastos et al., 2009).

4.3. Métodos e técnicas de investigação

Tendo em conta a questão que se procura responder, pretende-se realizar um estudo organizado em duas fases: uma primeira fase quantitativa e uma segunda fase qualitativa (Quivy & Campenhoudt, 1995).

4.3.1. Fase Quantitativa

Num primeiro momento foi adotada uma abordagem metodológica quantitativa descritiva, que foi ao encontro do objetivo específico relativo à caracterização das famílias monoparentais beneficiárias da Fundação AMI em 2024 e ao objetivo em que se pretende identificar diferenças e semelhanças nas dimensões em análise. A escolha do universo de estudo recaiu sobre as famílias monoparentais apoiadas pela instituição, decisão que se revelou particularmente eficiente atendendo ao facto da mestranda exercer funções na mesma, possibilitando um acesso direto e célere à informação necessária. A recolha de dados realizou-se através da base de dados institucional, recorrendo à técnica de observação documental. As variáveis consideradas incidiram sobre as áreas de educação/formação, ocupação laboral/situação face ao emprego, necessidades diagnosticadas, apoios sociais e saúde e a análise estatística mobilizou frequências absolutas e relativas, assim como comparações descritivas entre variáveis. De referir que

para esta extração dos dados foi pedida uma autorização também de acordo com os princípios éticos da investigação.

4.3.2. Fase Qualitativa

Como dois dos objetivos do estudo passam também por explorar e compreender, numa perspetiva de género, a experiência de privação de capacidades básicas das famílias monoparentais em situação de pobreza e relacionar esta experiência com os recursos formais e informais disponíveis e mobilizados, no segundo momento da pesquisa foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa. As dimensões de análise centrais foram as capacidades básicas, as desigualdades de género e os recursos formais e informais das famílias monoparentais.

A seleção dos casos foi feita por conveniência, através da Fundação AMI, atendendo à ligação profissional da mestranda. No total, foram entrevistadas dez cabeças de agregado: dois masculinos e oito femininos todos pertencentes a famílias monoparentais apoiadas pela Fundação. As entrevistas foram semiestruturadas, orientadas por um guião construído em torno das dimensões de análise, realizadas entre 2023 e 2024, num espaço reservado nas instalações da instituição.

A análise de conteúdo foi realizada com recurso ao software MaxQDA, que permitiu a codificação sistemática das entrevistas, a identificação de categorias temáticas e a exploração de relações entre estas, assegurando os objetivos da investigação.

4.4. Instrumento de Recolha de dados

Para explorar a vivência das famílias monoparentais, concretizada na experiência de privação de capacidades básicas, foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada, a qual permite ao entrevistado acrescentar informação sobre a sua experiência específica, resultando numa recolha de dados rica e diversificada (Quivy & Campenhoudt, 1995). O guião de entrevista foi organizado em diferentes blocos temáticos, que abrangem a caracterização sociodemográfica do/a entrevistado/a e a exploração das várias dimensões relevantes para o estudo, nomeadamente: enquadramento da situação atual, educação, capacidades e conhecimento, vida profissional, recursos económicos, habitação e ambiente, tarefas domésticas, vida familiar e responsabilidades parentais, saúde física e psicológica, e relações sociais e autonomia de tempo. As questões incluídas em cada bloco foram formuladas de modo a captar não apenas as privações vividas, mas também

os recursos formais e informais mobilizados pelas famílias, permitindo analisar em que medida esses recursos contribuem, ou não, para ultrapassar situações de privação. Após a análise de conteúdo, os resultados foram sistematizados e discutidos em articulação com o enquadramento teórico. O guião pode ser consultado no Anexo A.

4.5. O universo do estudo empírico e a seleção das pessoas a entrevistar

Descobertos os objetivos para a pesquisa, ao chegar à amostra, conclui-se que faria todo o sentido abordar a questão da monoparentalidade, pobreza e género através de uma abordagem mista.

Para a prossecução dos dois primeiros objetivos específicos do estudo, não foi realizada qualquer amostragem, tendo-se analisado o universo das famílias monoparentais, masculinas e femininas, acompanhadas pela instituição em 2024.

Numa etapa subsequente, e tendo em conta os resultados obtidos na análise descritiva e o aprofundamento da revisão de literatura, recorreu-se à seleção de casos para a componente qualitativa. Esta seleção foi de natureza intencional (Carmo & Ferreira, 2008), atendendo a critérios como a idade da criança, a situação face ao emprego da mãe ou do pai, a responsabilidade parental assentar exclusivamente num dos progenitores e a existência de pelo menos uma criança no agregado.

4.6. Questões Éticas

Uma vez que a escolha do universo do estudo empírico encontra-se em contexto laboral, e dado que foi usada a base de dados da Fundação AMI, importa referir que as medidas relacionadas com a privacidade, confidencialidade e garantia de anonimato aplicaram-se de forma geral para a proteção dos participantes, salvaguardando o respeito pelas pessoas (Almeida, 2013).

No que se refere à primeira fase do estudo, em que o objetivo passa por caracterizar toda a população beneficiária da Fundação AMI e identificar diferenças e semelhanças nos dados segundo uma perspetiva de género, a extração dos dados foi realizada com a autorização da instituição e a informação foi extraída de forma agregada e anónima.

Na segunda fase do estudo, foi adotado o Consentimento Informado, que pressupõe a informação, compreensão e voluntariado dos/as participantes; o acesso à base

de dados teve única e exclusivamente como objetivo a caracterização da população e, por fim, a distinção entre a investigação e a intervenção foi ainda um fator presente durante as entrevistas.

Importa ainda ressaltar aquilo que foi a independência entre os registos da base de dados com informações relativas aos beneficiários/as, trabalho enquanto assistente social, da identificação de famílias monoparentais selecionadas para entrevista, trabalho enquanto mestranda.

Capítulo 5- Caracterização das famílias monoparentais beneficiárias da AMI em 2024

A análise quantitativa da população apoiada pela AMI em 2024 permite elaborar de forma detalhada um perfil das famílias monoparentais acompanhadas pela instituição, que, aliada à análise qualitativa das entrevistas conduzidas a mães e pais monoparentais oferece uma visão mais aprofundada das múltiplas dimensões de vulnerabilidade social. Os dados aqui apresentados incidem sobre variáveis como o nível de escolaridade, a situação face ao emprego, os recursos disponíveis e as necessidades diagnosticadas. Esta caracterização é relevante para fundamentar, com base empírica, as discussões desenvolvidas ao longo do trabalho e possibilita o relacionamento entre a experiência de privação de capacidades das famílias com as conclusões dos autores aqui mobilizados.

5.1. Caracterização geral das famílias monoparentais

Em 2024, os serviços sociais da AMI apoiaram 756 agregados domésticos monoparentais. Em relação à totalidade de tipos de famílias apoiadas pela AMI em 2024, as famílias monoparentais representam cerca⁵ de 17%, sendo que o tipo de família com maior expressão é a isolada (36%), seguindo-se a nuclear com filhos (18%), outro tipo de agregado (11%) e nuclear sem filhos (5%). De um ponto de vista de género, em 2024, 710 eram femininos e 46 eram masculinos. São predominantemente naturais de Portugal (77%) e dos PALOP (17%) (Tabela 2).

Tabela 2- Naturalidade, por grupo de países e género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024

Grupo	M		H		TOTAL	
Países PALOP	120	15,81%	9	1,19%	126	17%
Outros países Africanos	3	0,40%	1	0,13%	4	1%
Países da União Europeia	549	72,33%	35	4,61%	584	77%
Outros países da Europa	15	1,98%	0	0,00%	15	2%
Países da América Latina	8	1,05%	0	0,00%	8	1%
Outro País	1	0,13%	0	0,00%	1	0%
Dado Inexistente	17	2,24%	1	0,13%	18	2%
TOTAL	713	94%	46	6%	756	100%

Fonte: Elaboração própria

⁵ A percentagem de agregados monoparentais tenderá a ser maior que 16% dado que existem dados inexistentes, isto é, variáveis que os técnicos no terreno não preenchem, que representam 18% (839) dos agregados domésticos.

5.2. Dimensão da educação e da formação

A educação e a formação profissional são dimensões fundamentais para a promoção da autonomia e mobilidade social, de acordo com os autores da Teoria do Capital Humano. No entanto, os dados evidenciam uma prevalência significativa de baixos níveis de escolaridade entre a população apoiada, de acordo com a Tabela 3. Cerca de 16% possui apenas o 1º ciclo, 19% o 2º ciclo, e 2% não tem qualquer escolaridade formal. Apenas uma minoria tem o ensino superior, com 5%. Observa-se ainda uma maior expressão feminina em todos os níveis de escolaridade, o que reflete a maioria feminina das famílias acompanhadas.

Tabela 3- Habilitações literárias, por género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024

Escolaridade	M		H		TOTAL	
Não, mas sabe ler e escrever	14	1,9%	0	0,0%	14	2%
1º Ciclo	113	14,9%	6	0,8%	119	16%
2º Ciclo	136	18,0%	10	1,3%	146	19%
3º Ciclo	202	26,7%	8	1,1%	210	28%
Ensino secundário	131	17,3%	11	1,5%	142	19%
Ensino Superior	36	4,8%	2	0,3%	38	5%
Outro	22	2,9%	0	0,0%	22	3%
Sem informação	56	7,4%	9	1,2%	65	9%
TOTAL	710	94%	46	6,1%	756	100%

Fonte: Elaboração própria

Além disso, observa-se na Tabela 4 que 56% dos pais/mães monoparentais não possuem qualquer tipo de formação profissional, o que reforça os obstáculos à sua inserção no mercado de trabalho.

Tabela 4- Formação profissional, por género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024

Formação Profissional	M		H		TOTAL	
Sim	142	19%	7	1%	149	20%
Não	398	53%	23	3%	421	56%
Dado inexistente	170	22%	16	2%	186	25%
TOTAL	710	94%	46	6%	756	100%

Fonte: Elaboração própria

5.3. Dimensão laboral

A situação laboral das pessoas em idade ativa acompanhadas pela AMI revela elevados níveis de desemprego e informalidade. Em 2024, apenas 29% da população estava empregada, ao passo que 58% encontrava-se em situação de desemprego, como se observa na Tabela 5.

Tabela 5- Situação face ao emprego das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024 com mais de 16 anos, por género, em 2024

Atividade/Ocupação	M		H		TOTAL	
	Cont.	%	Cont.	%	Cont.	%
Empregado(a)	210	27,8%	11	1,5%	221	29,2%
Desempregado(a)	417	55,2%	24	3,2%	441	58,3%
Reformado(a)	8	1,1%	2	0,3%	10	1,3%
Trabalho informal	4	0,5%	0	0,0%	4	0,5%
Sem informação	71	9,4%	9	1,2%	80	10,6%
TOTAL	710	93,9%	46	6,1%	756	100%

Fonte: Elaboração própria

Os principais motivos apontados para o desemprego, de acordo com a Tabela 6, foram a cessão de contrato e a incapacidade por doença. A precariedade laboral tem implicações diretas na instabilidade económica dos agregados familiares e reforça a sua exposição à exclusão social. A inexistência de vínculos formais e a dificuldade de integração no mercado de trabalho evidenciam a necessidade de políticas públicas e medidas específicas de apoio à reintegração profissional das famílias monoparentais.

Tabela 6- Motivo de desemprego das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024, por género

Motivo de Desemprego	M		H		TOTAL	
	Cont.	%	Cont.	%	Cont.	%
Cessão de contrato	88	11,6%	5	0,7%	93	12%
Despedimento por iniciativa própria	18	2,4%	0	0,0%	18	2%
Despedimento	21	2,8%	0	0,0%	21	3%
Encerramento da empresa (falência)	16	2,1%	4	0,5%	20	3%
Prestação de apoio a familiar	20	2,6%	0	0,0%	20	3%
Incapacidade para o trabalho (doença)	24	3,2%	1	0,1%	25	3%
Outro	30	4,0%	0	0,0%	30	4%
Sem informação	493	65,2%	36	4,8%	529	70%
TOTAL	710	94%	46	6,1%	756	100%

Fonte: Elaboração própria

5.4. Recursos informais e formais

A análise dos recursos disponíveis mostra uma forte dependência dos apoios sociais por parte da população acompanhada. O Rendimento Social de Inserção (RSI) é a principal fonte de rendimentos (30%), seguido por salário fixo, abono de família e pensão de alimentos, como se observa na Tabela 7. Apenas 16% da população auferem rendimentos provenientes de trabalho fixo, o que demonstra a fragilidade económica e a insuficiência dos salários para cobrir as despesas básicas.

Tabela 7- Recursos formais das famílias monoparentais acompanhadas na AMI, por género, em 2024

Recursos Formais	M		H		TOTAL	
Salário fixo	117	15,5%	3	0,4%	120	15,9%
Salário variável	38	5,0%	0	0,0%	38	5,0%
Subsídio de desemprego	23	3,0%	2	0,3%	25	3,3%
Bolsa de estudo	12	1,6%	0	0,0%	12	1,6%
RSI	217	28,7%	8	1,1%	225	29,8%
PSI	12	1,6%	1	0,1%	13	1,7%
Pensão alimentos	113	14,9%	3	0,4%	116	15,3%
Abono de família	181	23,9%	6	0,8%	187	24,7%
Reforma	5	0,7%	2	0,3%	7	0,9%
Pensão de invalidez	11	1,5%	1	0,1%	12	1,6%
Pensão de sobrevivência	16	2,1%	0	0,0%	16	2,1%
Complemento Solidário para Idosos	2	0,3%	1	0,1%	3	0,4%
Subsídio de doença	16	2,1%	1	0,1%	17	2,2%
Outro(s)	139	18,4%	8	1,1%	147	19,4%
Sem informação	233	30,8%	25	3,3%	258	34,1%
TOTAL	1135	150,1%	61	8,1%	1196	158,2% ⁶

Fonte: Elaboração própria

Em termos de recursos informais, 25% depende do apoio de familiares, e 6% do apoio de amigos, como se observa na Tabela 8.

⁶ As tabelas nº7, 8, 9, 10, 11 e 12 apresentam um total superior aos 100% devido ao facto de as pessoas poderem acumular várias respostas.

Tabela 8- Recursos Informais das famílias monoparentais acompanhadas na AMI, por género, em 2024

Recursos Informais	M		H		TOTAL	
Apoio de familiares	187	24,7%	4	0,5%	191	25,3%
Apoio de amigos	45	6,0%	0	0,0%	45	6,0%
Trabalho informal	14	1,9%	2	0,3%	16	2,1%
Mendicidade	2	0,3%	0	0,0%	2	0,3%
Outro(s)	12	1,6%	1	0,1%	13	1,7%
Sem informação	475	62,8%	41	5,4%	516	68,3%
TOTAL	735	97,2%	48	6,3%	783	103,6%

Fonte: Elaboração própria

5.5. Necessidades Diagnosticadas

As necessidades diagnosticadas pela equipa técnica da AMI destacam a carência de bens e serviços essenciais. A alimentação foi identificada como a necessidade mais premente (74%), seguida pela necessidade de vestuário (47%), de acordo com a Tabela 9. A maior expressão feminina nos dados reforça o argumento de que as mães monoparentais enfrentam múltiplas desvantagens sociais e económicas, exigindo respostas multidimensionais.

Tabela 9- Necessidades básicas diagnosticadas pelos/as técnicos/as, por género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024

Necessidades Básicas	M		H		TOTAL	
Alimentação	533	70,5%	31	4,1%	564	74,6%
Abrigo	15	2,0%	2	0,3%	17	2,2%
Higiene pessoal	27	3,6%	4	0,5%	31	4,1%
Roupa	324	42,9%	29	3,8%	353	46,7%
Outra(s)	88	11,6%	5	0,7%	93	12,3%
Sem informação	139	18,4%	10	1,3%	149	19,7%
TOTAL	1126	148,9%	81	10,7%	1207	159,7%

Fonte: Elaboração própria

A nível da (re)inserção social, de acordo com a Tabela 10, destaca-se a necessidade de formação profissional (51%) como a principal necessidade, seguido do Trabalho/Emprego (43%) e do apoio financeiro (26%). Estes dados indicam uma associação entre desemprego, carência de rendimentos e dependência de apoios sociais.

Tabela 10- Necessidades diagnosticadas a nível de (re)inserção social das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024

Inserção/reinserção	M		H		TOTAL	
Trabalho/emprego	311	41,1%	13	1,7%	324	42,9%
Alojamento próprio	73	9,7%	5	0,7%	78	10,3%
Contacto com a família	26	3,4%	1	0,1%	27	3,6%
Apoio financeiro	181	23,9%	12	1,6%	193	25,5%
Documentação	35	4,6%	2	0,3%	37	4,9%
Pensão/Reforma	4	0,5%	0	0,0%	4	0,5%
Formação profissional	355	47,0%	28	3,7%	383	50,7%
Apoio Material Escolar	140	18,5%	5	0,7%	145	19,2%
Apoio jurídico	11	1,5%	0	0,0%	11	1,5%
Outra(s)	22	2,9%	1	0,1%	23	3,0%
Sem informação	264	34,9%	22	2,9%	286	37,8%
TOTAL	1422	188,1%	89	11,8%	1511	199,9%

Fonte: Elaboração própria

Em relação à saúde, de acordo com a Tabela 11, os apoios mais procurados foram medicamentos (23%) e consultas médicas (18%), refletindo alguma fragilidade nos cuidados de saúde primários.

Tabela 11- Necessidades diagnosticadas a nível de saúde, por género, das famílias monoparentais acompanhadas na AMI em 2024

Cuidados de Saúde	M		H		TOTAL	
Medicamentos	163	21,6%	9	1,2%	172	22,8%
Consulta médica	126	16,7%	8	1,1%	134	17,7%
Apoio na toma de medicação	2	0,3%	0	0,0%	2	0,3%
Acompanhamento psiquiátrico	21	2,8%	0	0,0%	21	2,8%
Apoio psicológico	44	5,8%	2	0,3%	46	6,1%
Outra(s)	13	1,7%	0	0,0%	13	1,7%
Sem informação	453	59,9%	34	4,5%	487	64,4%
TOTAL	822	108,7%	53	7,0%	875	115,7%

Fonte: Elaboração própria

Com esta caracterização da população, percebemos que, em primeiro lugar, existe um maior número de famílias monoparentais femininas a recorrer à AMI o que explica, por um lado, os maiores números relativos a todas as variáveis. Por outro lado, esta diferença fundamenta-se ao longo do enquadramento teórico por vários/as autores/as

dado que as famílias monoparentais femininas têm maior predisposição para estar em situação de pobreza (Wall e Lobo, 1999; Marinho, 2014; Marinho e Ravagnani, 2024).

As baixas qualificações académicas e profissionais limitam significativamente as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, contribuindo para situações de desemprego de longa duração e trabalhos esporádicos sem vínculo contratual. Esta dinâmica é consistente com o que os autores da Teoria do Capital Humano defendem, no qual a ausência de capital escolar intensifica a exclusão social e a situação de pobreza (Kramer et al., 2016).

Em relação aos recursos, observa-se como principal fonte de rendimento o Rendimento Social de Inserção (RSI), expondo os mesmos ao risco contínuo de pobreza. A prevalência de necessidades básicas como alimentação e vestuário relaciona-se com o conceito de pobreza relativa desenvolvido por Peter Townsend em que os indivíduos não conseguem aceder aos padrões de vida considerados minimamente aceitáveis na sociedade em que vivem (Costa et al., 1985, citado por Diogo, 2007).

As necessidades diagnosticadas, como o pedido de emprego, formação e apoios financeiros, revelam motivação para a reintegração social, embora a ausência de políticas eficazes de apoio à empregabilidade. Tal como destaca Sen (1999), a pobreza deve ser compreendida como privação de capacidades e não apenas privação de rendimento, o que implica a necessidade de políticas públicas que apoiem a participação civil e a liberdade dos indivíduos.

Resumidamente, os dados permitem compreender que a situação das famílias monoparentais acompanhadas pela AMI não se trata apenas de insuficiência de recursos, mas sim o reflexo de desigualdades estruturais que requerem respostas adequadas ao nível da educação, do emprego, da habitação e da proteção social.

5.6. Análise comparativa da caracterização das famílias monoparentais numa perspetiva de género

O presente subcapítulo visa responder ao segundo objetivo específico de “Identificação das diferenças e semelhanças entre agregados femininos e masculinos beneficiários da Fundação AMI em 2024 nas dimensões de educação e formação, laboral, necessidades diagnosticadas, recursos formais e informais e saúde”. Importa ressaltar

que as análises comparativas entre homens e mulheres são realizadas com base apenas nos casos em que a variável em estudo se encontra devidamente preenchida. Desta forma, os casos sem informação foram excluídos da análise. Consequentemente, as percentagens aqui apresentadas poderão divergir das percentagens indicadas nas tabelas descritivas da secção anterior, uma vez que estas incluíam o total da amostra, independentemente da existência de dados em falta.

5.6.1. Dimensão da Educação e da Formação

Nesta primeira dimensão, em relação às semelhanças, tanto as famílias monoparentais femininas como as masculinas apresentam baixos níveis de escolaridade, com predominância do ensino básico- 3º Ciclo. Também a percentagem de pessoas sem qualquer formação profissional é bastante elevada em ambos os géneros.

No que toca às diferenças, A população feminina apresenta maior concentração no 3º ciclo, enquanto a masculina se destaca no ensino secundário. Ambos os géneros têm baixa representação no ensino superior, sugerindo um perfil de escolaridade tendencialmente intermédio. Nota-se também que as mulheres aparecem mais nas extremidades (sem escolaridade formal e “outro”), enquanto os homens estão mais concentrados no percurso regular, do 1º Ciclo ao Secundário. Na formação profissional, a tabela mostra que, tanto para homens como mulheres, não é predominante, estando presente em cerca de um quarto da amostra. As diferenças entre os sexos são pouco relevantes, que indica que a variável “formação profissional” é relativamente homogénea entre homens e mulheres.

5.6.2. Dimensão Laboral

Na dimensão laboral, a análise evidencia que o desemprego é a condição predominante entre homens e mulheres, atingindo cerca de dois terços da amostra. O emprego formal representa aproximadamente um terço, com diferenças mínimas entre os géneros. Os reformados e o trabalho informal têm expressão residual, sendo que os homens apresentam uma maior proporção de reformados e as mulheres uma pequena presença no trabalho informal.

5.6.3. Recursos Formais e Informais

A análise revela que tanto homens como mulheres recorrem a uma multiplicidade de recursos formais e informais para assegurar a sua subsistência, mas com padrões diferenciados. As mulheres apresentam como maior rendimento os apoios formais, como

Rendimento Social de Inserção, Abono de família, pensão de alimentos, e de apoio familiar, além de maior presença em rendimentos formais de trabalho. Já os homens têm menor peso de apoios ligados à família e amigos, mas revelam maior recurso ao trabalho informal e à categoria “Outro(s)”, o que sugere estratégias menos institucionalizadas de obtenção de rendimento.

5.6.4. Necessidades Diagnosticadas

Na última dimensão, a análise das necessidades diagnosticadas permite identificar que, em termos de necessidades básicas, tanto homens como mulheres destacam sobretudo a alimentação e a roupa. Nas mulheres, a alimentação surge como a necessidade mais premente (54%), enquanto nos homens a roupa assume maior peso relativo (41%). As restantes necessidades, como o abrigo ou a higiene pessoal, apresentam expressão residual em ambos os grupos.

Na dimensão da inserção/reinserção, verifica-se que a formação profissional e o emprego são apontados como entraves, embora com algumas diferenças. Nas mulheres, a formação profissional (31%) e o emprego (27%) surgem em proporções semelhantes, refletindo a importância atribuída tanto à qualificação como à integração laboral. Nos homens, a formação profissional adquire ainda maior relevância (42%), seguida do emprego (19%) e do apoio financeiro (18%). As mulheres, por sua vez, evidenciam uma maior diversidade de necessidades nesta dimensão, nomeadamente o apoio em material escolar e o contacto com a família, ainda que em percentagens mais baixas.

Relativamente aos cuidados de saúde, os dois grupos convergem na centralidade da medicação e da consulta médica, necessidades referidas por mais de um terço dos inquiridos em ambos os géneros. Contudo, as mulheres apresentam maior amplitude de respostas, incluído apoio psicológico (12%) e o acompanhamento psiquiátrico (6%), necessidades praticamente inexistentes entre os homens. Esta diferença sugere uma maior procura e verbalização de apoio em saúde mental por parte das mulheres, em contraste com uma tendência masculina para centrar a necessidade de cuidados em aspetos mais imediatos, como a medicação e a consulta médica.

De forma global, as tabelas mostram que as mulheres expressam um leque mais alargado de necessidades, abrangendo não só as áreas básicas e laborais, mas também os cuidados de saúde física e psicológicos. Os homens, embora em menor número absoluto,

tendem a concentrar as suas respostas em dimensões mais específicas, como a formação profissional e a obtenção de rendimentos, evidenciando menor diversidade na identificação de necessidades. Estes resultados confirmam as diferenças de género previamente assinaladas, reforçando a ideia de que as mulheres verbalizam mais amplamente as suas dificuldades e procuram apoios em várias frentes, enquanto os homens revelam padrões mais restritos de expressão das necessidades.

Capítulo 6- A experiência de privação de capacidades básicas de famílias monoparentais em situação de pobreza beneficiárias da AMI em 2024

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os resultados das entrevistas realizadas a 8 mulheres e 2 dois homens, beneficiários/as da Fundação AMI. Inicialmente faz-se a caracterização sociodemográfica do grupo de pessoas entrevistadas e posteriormente analisam-se as suas dificuldades e vivência da pobreza, enquanto mães e pais monoparentais.

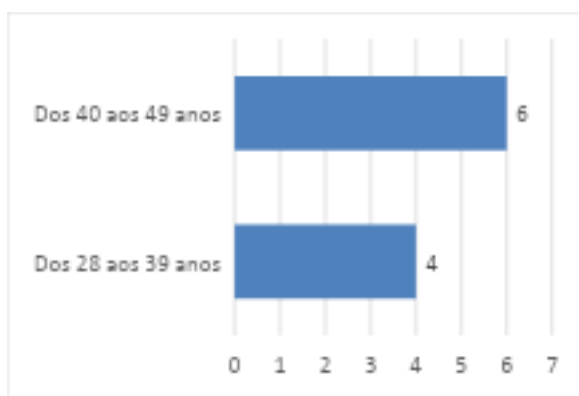
6.1. Caracterização sociodemográfica das pessoas entrevistadas

Para uma melhor compreensão do grupo de mães e pais monoparentais entrevistados/as, apresentam-se os gráficos abaixo com informações relativas à idade, género, número e idade dos filhos e situação face ao emprego.

Foram entrevistadas dez pessoas, sendo oito mulheres e dois homens, todos em situação de pobreza e monoparentalidade. Esta composição, embora não seja representativa, traduz uma realidade marcada pela feminização da monoparentalidade, observando-se uma maioria de mulheres que acumulam as responsabilidades parentais e económicas do agregado familiar.

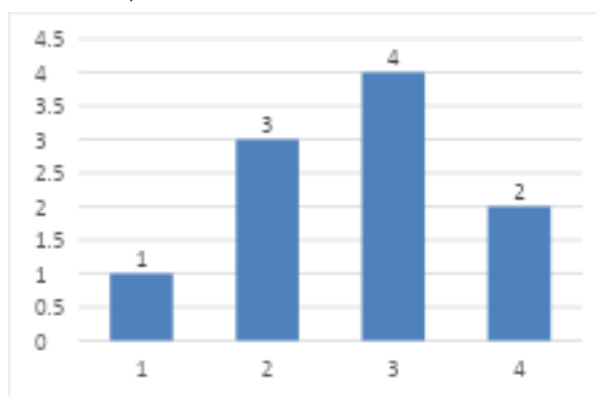
Conforme se observa o gráfico 4, os participantes distribuem-se por diferentes faixas etárias, apesar de existir uma maior concentração na faixa dos 30 aos 39 anos, seguida da faixa dos 40 aos 49 anos, o que indica que a maioria se encontra em idade ativa.

Relativamente às habilitações literárias, (Gráfico 5), os participantes revelam níveis variados de escolaridade, embora com uma predominância de pessoas com o ensino secundário completo. Este dado é particularmente relevante porque evidencia um certo nível de capital escolar, representando uma vantagem no mercado de trabalho. Observa-se ainda que, apesar da predominância de mulheres na amostra, ambos os homens têm a escolaridade completa enquanto quatro das oito mulheres, têm um nível de escolaridade inferior.



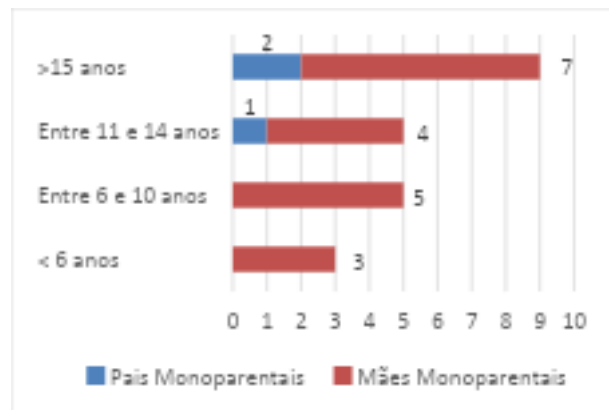
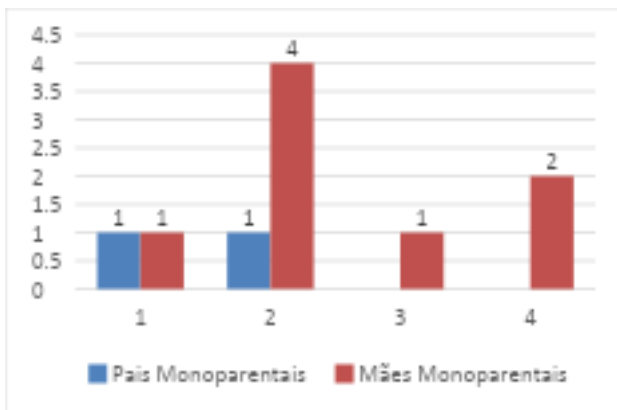
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4- Habilitações Literárias, por Género de Entrevistado/a



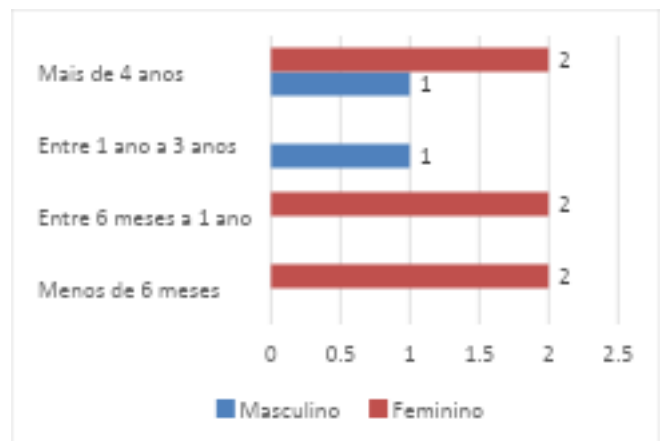
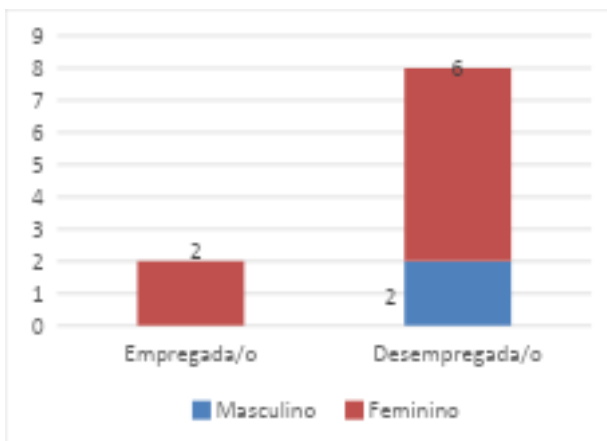
Fonte: Elaboração própria

Em relação ao número de filhos, o grupo de entrevistados/as tem, na maioria, entre um e dois filhos, sendo que apenas três mulheres têm entre três e quatro filhos revelando sobrecarga de responsabilidades parentais e financeiras. Também no gráfico 7 é possível perceber que são as mulheres que têm filhos em idades mais dependentes, principalmente a nível de supervisão e escolaridade.



Fonte: Elaboração própria

Sobre a situação face ao emprego, a maior parte dos entrevistados encontra-se no desemprego, (Gráfico 8). Mais aprofundadamente, percebemos que se trata de situações de desemprego de longa duração (Gráfico 9). Os motivos para esta situação passam maioritariamente por: monoparentalidade, falta de apoio formal e apoio informal incerto e, situação de deficiência de alguns/as filhos/as dos entrevistados/as.



Fonte: Elaboração própria

Fonte: Elaboração própria

6.2. Educação, capacidades e conhecimento

As questões relacionadas com a educação tinham como objetivo, de forma geral, analisar as habilitações literárias e a formação dos/as entrevistados/as. De forma mais profunda, foram colocadas questões relacionadas com as capacidades adquiridas, ou não, pela escola, a formação pós parentalidade, o interesse na formação futura e a opinião dos/as entrevistados/as acerca da (in)adequação das oportunidades de formação.

Sobre as capacidades adquiridas pela escola *versus* as capacidades que gostava de ter adquirido na escola, são apontadas para a primeira o conhecimento geral, a capacidade de resolução de problemas e as relações interpessoais. Já para as capacidades que gostava de ter adquirido são apontadas- confiança, apoio na saúde mental, maior atenção para o *bullying* e, duas mulheres consideram não ter aproveitado as oportunidades dadas pela escola.

Em primeiro lugar, em relação à formação, foi dividida em três grandes categorias- a formação pré-parentalidade, a formação pós-monoparentalidade e sem formação. Percebemos que, se por um lado, quatro pessoas- três mulheres e um homem têm formação pré-parentalidade e cinco pessoas- quatro mulheres e um homem têm formação pós-monoparentalidade, por outro lado, três pessoas- duas mães e um pai não têm formação pré-parentalidade e seis entrevistados/as- cinco mulheres e um homem não têm formação pós-monoparentalidade.

Dos/as entrevistados/as que não possuem formação pós monoparentalidade são vários os motivos apresentados, tal como a falta de apoio na divisão das responsabilidades, o facto de o/a filho/a ser portador de deficiência, morar na zona interior, a sobrecarga horária e desleixo.

Sobre o interesse futuro em estudar e/ou participar em alguma formação, nove entrevistados/as mostraram interesse e uma mulher referiu não fazer “parte dos planos” (EF:1).

No que se refere à adequação das oportunidades de educação e formação, nenhum/a entrevistado/a apontou as oportunidades como adequadas face à sua situação. Todos/as referiram algum tipo de desadequação, nomeadamente a falta de cuidados formais adequados, a imprevisibilidade dos cuidados informais, os horários

incompatíveis, a gravidez inesperada da filha adolescente, a falta de apoio em recursos informáticos e, por fim, a monoparentalidade.

6.3. Vida Profissional

Em relação à vida profissional, as questões são distintas consoante a situação dos/as entrevistados/as face ao emprego. Caso esteja empregado/a, o foco da análise é a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, o tipo de contrato, o horário, se o tratamento difere, ou não, consoante a tipologia familiar, se tem oportunidade de formação dentro do trabalho, se tem experiência na procura de trabalho enquanto mãe/pai monoparental e se a situação de monoparentalidade afeta oportunidades de emprego. Caso a situação seja de desemprego, o foco passa para a procura de trabalho enquanto mãe/pai monoparental, as entrevistas, o motivo do desemprego e as oportunidades existentes de trabalho.

Dos/das entrevistados/as, oito pessoas estão desempregados/as e duas estão empregadas. Dos/as desempregados/as, seis são mulheres e dois são homens e os motivos apresentados para o desemprego são a deficiência do/a filho/a, o fim do contrato, a monoparentalidade, o custo elevado dos cuidados informais e duas pessoas não apresentaram motivos para o desemprego.

Tendo em conta a situação de desemprego das oito pessoas, isto significa que todas elas têm experiência na procura de trabalho enquanto mães/pais monoparentais. Enquanto um pai refere ter uma experiência positiva na procura de trabalho devido à idade mais avançada dos filhos, as restantes seis mulheres e um homem relatam más experiências por diversos motivos. São eles- a deficiência do filho, as greves nas escolas, o tratamento diferente devido à monoparentalidade e a incompatibilidade horária. Das pessoas desempregas, todas dizem ter interesse em estudar futuramente, caso haja essa oportunidade.

Foram ainda questionados se as oportunidades de trabalho são adequadas ou inadequadas à sua situação ao que apenas um homem referiu serem adequadas devido à idade dos filhos, que são adolescentes e não dependem tanto. Já os restantes dizem que as oportunidades de trabalho são inadequadas às suas situações devido aos horários incompatíveis, os baixos vencimentos, a falta de cuidados formais e informais e a monoparentalidade.

Em relação às pessoas que estão empregadas, são duas mulheres, uma com contrato de trabalho a termo certo e outra diz nunca ter assinado nenhum contrato, mas descontar para a Segurança Social. Enquanto uma trabalha das 8h às 13h, a outra trabalha das 14h às 22h. Dizem conseguir conciliar a vida familiar e a vida profissional sem dificuldade devido à idade dos/as filhos/as e à conciliação horária do emprego. Referem ainda não serem tratadas de forma diferente no trabalho por serem mães monoparentais. Já na procura de trabalho, referem ser tratadas de forma um pouco diferente porque não podem aceitar um determinado horário por ser, ou muito cedo ou muito tarde.

Quando questionadas sobre o que gostariam de mudar na sua vida profissional, enquanto uma refere que gostaria de ser auxiliar de infância, a outra diz que gostaria de trabalhar 8 horas diárias para poder auferir mais rendimentos. Questionou-se ainda se a monoparentalidade afeta a possibilidade dessa mudança, ambas responderam que sim.

6.4. Recursos Económicos e Despesas

Os recursos económicos das pessoas entrevistadas, ao nível formal, variam entre o Subsídio de Desemprego, o Rendimento Social de Inserção, o Abono de Família, a Pensão Social de Inclusão, a Pensão de Alimentos, a Bonificação por Deficiência, o Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal Principal, o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores e, em dois dos casos, o salário fixo. Já os apoios informais variam entre apoio de familiares e amigos e ajudas de filhos/as mais velhos/as. Para além dos recursos económicos, os/as entrevistados/as recebem apoios na instituição, de forma a fazer face às suas necessidades, nomeadamente: cabazes alimentares, apoio com roupa, apoio em medicação, apoio através do Programa Alimentar Pessoas 2030, apoio em material escolar, apoio em fraldas e, por fim, uma mãe refere ainda não ter sido apoiada desde que recorreu ao centro.

Em contrapartida, as despesas das pessoas entrevistadas são relativas a habitação, a alimentação, a luz/gás/água, fraldas e medicação. A despesa que representa maior peso para os/as entrevistados/as é a alimentação seguida da habitação e luz/gás/água. Há ainda agregados que referem que logo a seguir à alimentação a sua maior despesa é com medicação e/ou fraldas, principalmente os agregados com crianças portadores de deficiências. Quando questionadas sobre as estratégias adotadas para fazer face às despesas nenhum/a entrevistado/a revelou ter alguma estratégia específica para fazer face

a estas. Todos/as referem “ir gerindo” de acordo com as maiores necessidades e, em relação a quem é priorizado/a quando os recursos não são suficientes, todos/as os/as entrevistados/as dizem priorizar os/as filhos/as.

Sobre o apoio, ou a falta deste, por parte do/a progenitor/a, seis entrevistados/as- quatro mulheres e dois homens- referem receber pensão de alimentos, apesar de apenas uma mulher ter a responsabilidade parental regulada pelo tribunal. O apoio dos restantes, apesar de não ser regulado, foi acordado entre ambas as partes. As restantes quatro entrevistadas referem não receber pensão de alimentos. Uma das mães entrevistadas referiu ainda “O progenitor do **** abandonou-me quando eu estava grávida, ele queria que eu abortasse o menino e eu não quis e quando o **** nasceu ele não foi registado com o nome do pai.” (EF:1)

Tendo em conta os rendimentos dos agregados, os/as entrevistados/as foram ainda questionados/as se estes são suficientes, ou não, para fazer face às suas despesas, ao que apenas um progenitor referiu ser suficiente para as necessidades básicas por serem apenas duas pessoas no agregado. Os/as restantes entrevistados/as dizem que os seus rendimentos não são suficientes para fazer face às suas despesas. Quando questionados/as sobre as necessidades por satisfazer, referem: alimentação, lazer, vestuário, aquecimento da habitação, necessidades da mãe (dentista, oculista), despesas de luz, água e gás e conseguir emprego.

Finalmente, sobre as oportunidades que deviam existir para melhorar a sua situação, referem mais apoio financeiro, um centro de apoio específico à monoparentalidade, mais oferta de emprego, maior flexibilidade do IEF, apoio em medicamentos e melhor apoio formal.

6.5. Habitação e ambiente

A secção da habitação e ambiente foca-se nas condições de habitação, na procura de habitação, caso se aplique, nos apoios que têm, ou não, em relação a este tópico, as mudanças na situação habitacional depois da monoparentalidade e as oportunidades de habitação que existem.

Primeiramente, em relação ao tipo de habitação, quatro entrevistados/as- três mulheres e um homem, vivem em habitação social, quatro entrevistados/as- três mulheres

e um homem arrendam a habitação, uma mulher vive provisoriamente na casa de uma vizinha e uma mulher vive numa barraca. De forma geral, todos/as têm acesso a água canalizada, luz e gás, apesar de uma das mães e um dos pais monoparentais ter acesso à luz através de puxadas.

Questionados sobre quando começaram a residir na habitação, se antes da monoparentalidade ou após a monoparentalidade, seis entrevistados/as- cinco mulheres e um homem referem residir na habitação antes da monoparentalidade, o que faz com que não tenham experiência na procura de habitação enquanto progenitores/as monoparentais. Os/as restantes entrevistados/as- três mulheres e um homem referem viver na habitação depois da monoparentalidade e, por isso, têm experiência na procura de habitação. Destes, apenas uma mulher refere ter tido uma experiência negativa devido à falta de rendimentos pois pagava uma renda de 400€ enquanto recebia o ordenado mínimo. Passou por esta experiência durante alguns anos até que descobriu a habitação social e recorreu aos serviços. As restantes entrevistadas dizem ter experiências positivas devido à ajuda que tiveram das Assistentes Sociais no processo de candidatura à habitação social. Relativamente às mudanças na situação habitacional depois de ser mãe/pai apenas referiram de forma geral, ter mais tarefas domésticas para fazer.

De seguida, em relação aos apoios recebidos, ou à ausência deles, no âmbito da situação habitacional, o único apoio mencionado foi o acesso à habitação social, que conseguiram obter.

Foram igualmente questionados/as sobre que mudanças fariam nas suas habitações, caso tivessem essa possibilidade. Um homem e uma mulher referiram que não alterariam nada; duas mulheres e um homem mencionaram que fariam obras; quatro expressaram o desejo de ter casa própria; uma entrevistada referiu que gostaria de ter acesso a espaços verdes para o filho, que é portador de uma deficiência; e outra afirmou que apenas alteraria o valor da renda.

Por fim, foram abordados/as sobre a adequação, ou falta dela, das oportunidades habitacionais existentes face às suas necessidades. Duas mulheres e um homem consideram-nas adequadas, uma vez que se sentem satisfeitos com as habitações sociais. Os/as restantes entrevistados/as consideram-nas desadequadas, apontando como

principais razões os preços praticados pelas agências imobiliárias, a escassez de recursos e o valor do salário mínimo.

6.6. Tarefas Domésticas, Vida Familiar e Responsabilidades Parentais

Nesta secção, abordam-se questões relacionadas com a gestão das tarefas domésticas, da vida familiar, do tempo pessoal e das responsabilidades parentais.

A primeira questão refere-se à gestão do tempo entre o cuidado da habitação e dos/as filhos/as, sendo o/a entrevistado/a o/a único/a progenitor/a responsável. Oito entrevistados/as- dois homens e seis mulheres- referiram não sentir dificuldades nesta gestão pois já se adaptaram à rotina. As duas entrevistadas referem enfrentar dificuldades por não contarem com qualquer tipo de ajuda e serem as únicas adultas responsáveis pelo agregado familiar.

Quando questionados/as sobre a existência de apoio, formal ou informal, relativamente à vida familiar e responsabilidades parentais, cinco mulheres mencionam ter algum apoio informal de vizinhas/amigas, que tomam conta dos filhos/as em situações pontuais. Os/as restantes, três mulheres e dois homens dizem não ter apoio neste domínio.

Apesar de atualmente serem pais/mães em contexto de monoparentalidade, todos/as os/as entrevistados/as relatam que houve uma fase em que partilhavam as responsabilidades parentais e tarefas domésticas com o/a outro/a progenitor/a. Questionados/as sobre as mudanças sentidas desde essa altura e no que sentem mais diferença, e ainda se mudou para melhor ou pior, todos/as afirmam que, apesar de estarem mais sobrecarregados/as com tarefas, preferem a situação atual e consideram que a mudança foi, globalmente, positiva.

Relativamente ao acompanhamento escolar dos/as filhos/as, procurou-se perceber se os/as entrevistados/as sentem dificuldades neste processo e se consideram que é exigido muito dos pais. Sete entrevistados/as, um homem e seis mulheres, relataram dificuldades, principalmente relacionadas com as listas de material escolar, consideradas demasiado exigentes. Quanto ao apoio escolar, formal ou informal, todos/as referiram beneficiar de apoio da Ação Social Escolar, nomeadamente através de descontos nas senhas de refeição, fornecimento de material escolar e gratuidade dos manuais escolares. Além disso, duas mulheres e um homem mencionaram receber material escolar da

Fundação AMI. Todos/as destacaram a importância destes apoios, uma vez que as despesas escolares representam um encargo significativo para os seus orçamentos familiares.

No que diz respeito aos tempos livres das crianças, três mulheres indicam que os filhos têm atividades extracurriculares nos ATL's escolares. Os/as restantes referiram não ter os/as filhos/as inscritos nestas atividades, por diversos motivos: alguns são adolescentes e não necessitam desse acompanhamento e uma das crianças com deficiência beneficia de uma resposta específica adequada à sua necessidade.

Quanto à relação com os/as filhos/as no contexto de monoparentalidade e ao impacto que esta possa ter, cinco mulheres e um homem referiram não sentir que a monoparentalidade afete negativamente a sua relação com os/as seus filhos/as. Os/as restantes entrevistados/as indicaram sentir um impacto negativo, sobretudo pelo facto de serem o/a único/a adulto/a responsável, o que implica impor regras e lidar com todas as exigências do dia a dia sozinhos/as.

Por fim, quando questionados/as sobre o que gostariam de mudar na sua vida familiar, porquê e o que os/as está a impedir e os/as dez entrevistados/as deram respostas distintas, que incluem: sair do desemprego, reduzir o valor da renda, que o pai dos filhos voltasse para a entrevistada, mudar-se para uma vivenda, constituir família, conseguir uma vaga na creche, ter melhores condições de vida no geral, sair do bairro para proporcionar mais oportunidade aos filhos, conseguir comprar casa, que a mãe dos filhos deixasse de os instrumentalizar e ter mais contacto com uma filha emigrada. Em relação aos obstáculos que impedem a concretização dessas mudanças, todos/as apontaram o baixo rendimento como principal barreira.

6.7. Saúde Física e Psicológica

Em relação à saúde física e psicológica das pessoas entrevistadas, três mulheres referem ter problemas de saúde física que incluem: problemas de coluna, colesterol, tensão alta, falta de ar e obesidade. Já na saúde psicológica, seis pessoas- dois homens e quatro mulheres, indicam cansaço psicológico significativo devido à monoparentalidade, o que responde à questão seguinte relativa ao impacto da monoparentalidade na saúde.

Questionados sobre a receção de apoio, formal ou informal relativo à saúde, apenas uma mulher referiu ter apoio de uma nutricionista do Serviço Nacional de Saúde devido à situação de obesidade. Os restantes, para além de não terem nenhum apoio em relação à sua saúde, também indicam não ter dificuldade no acesso aos mesmos.

Por fim, questionados/as sobre alguma necessidade a nível de saúde não satisfeita, uma mulher refere ter necessidades a nível dentário e duas mulheres e um homem relatam a necessidade de apoio psicológico.

6.8. Relações Sociais e Autonomia de Tempo

Finalmente, em relação ao último domínio de análise, as relações sociais e autonomia de tempos dos/as entrevistados/as abordam-se questões como os tempos livres, as atividades nos tempos livres, apoios nesta área e participação na sociedade.

Em primeiro lugar, quando questionados/as sobre se têm tempos livres, dois homens e quatro mulheres referiram ter tempos livres, apesar de, destes, um homem referir que só tem tempos livres quando o filho está na escola. Quando têm tempos livres, mencionam que gostam de passear, cozinhar, ouvir música, conversar com amigas/os, cozinhar, ler e ir ao ginásio. As restantes referem não ter tempos livres devido às tarefas domésticas e ao número de filhos/as, apesar de referirem estarem sempre em casa.

De seguida, foi abordada a gestão do seu tempo pessoal, e o objetivo era perceber se os/as entrevistados/as sentem algum constrangimento neste aspeto. Quatro mulheres e dois homens referem não sentir constrangimentos neste aspeto devido às rotinas criadas e à idade dos/as filhos/as. Os restantes identificam alguma dificuldade nesta gestão devido à dependência dos/as filhos/as.

Em relação ao apoio, formal ou informal, para gerir o seu tempo pessoal, cinco mulheres e dois homens referem não ter este apoio enquanto três mulheres referem ter o apoio de amigas e família para gerir o seu tempo.

Por fim, foram questionados/as sobre o que gostariam de mudar na sua vida, ao que as respostas incluem: conviver com mais pessoas, inscrever-se no curso de cozinha, constituir família, voltar à faculdade, ter carro para passear com os/as filhos/as, estar empregado/a e ter uma habitação maior.

6.9. Síntese e discussão dos resultados

Os dados recolhidos através das entrevistas revelam um retrato coerente com as principais descobertas da literatura sobre monoparentalidade e pobreza, confirmando muitos dos padrões identificados teoricamente.

A dificuldade mencionada em acompanhar as exigências escolares, como listas de materiais, reforça a ideia de que as famílias monoparentais, apesar dos apoios pontuais (Ação Social Escolar e Fundação AMI), enfrentam pressões económicas significativas. A literatura confirma que as despesas escolares são uma componente central na estrutura de gastos familiares, tal como afirmam Chzhen e Bradshaw (2012), e que os apoios existentes, embora relevantes, não são suficientes para eliminar o risco de pobreza (Eurostat, 2023).

A desigualdade no acesso às atividades extracurriculares por razões financeiras ou de adequação à deficiência das crianças relaciona-se com a chamada “pobreza de tempo” (Zilanawala, 2014). As mães são frequentemente forçadas a abdicar de atividades não essenciais para garantir o essencial, limitando oportunidades de lazer e desenvolvimento dos/as filhos/as, algo que, como refere Mistry et al. (2008), impacta o bem-estar familiar e psicológico.

O apoio informal relatado por algumas mães (vizinhas/amigas) confirma o papel central das redes sociais no suporte à monoparentalidade (Kroger, 2009), embora a ausência de apoio formal seja também consistente com as críticas dirigidas às políticas públicas, que raramente consideram a diversidade das famílias e as necessidades específicas dos agregados monoparentais (Canali et al., 2017).

Embora alguns entrevistados/as não vejam impacto na relação com os/as filhos/s, outros referem dificuldades pela ausência de uma segunda figura adulta. Tal constatação vai ao encontro dos estudos que destacam o peso emocional da responsabilidade exclusiva e a dificuldade na imposição de regras sem apoio, especialmente em famílias com maiores níveis de vulnerabilidade (Swafford et al., 2015).

A maioria dos/as entrevistados/as refere ter-se adaptado à rotina e não sentir dificuldades na gestão do tempo entre tarefas domésticas e o cuidado com os/as filhos/as,

sobretudo quando há alguma estabilidade. Esta evidência aproxima-se do perfil de famílias monoparentais autónomas, identificadas por Wall e Lobo (1999), que, apesar da sobrecarga, conseguem gerir o seu quotidiano.

Contudo, as duas entrevistadas que referem dificuldades ilustram o perfil vulnerável, caracterizado pela ausência de rede de apoio e acumulação de responsabilidades- uma realidade bem documentada na literatura, que enfatiza as desigualdades estruturais e de género (Wall et al., 2013; Bárcena-Martín & Moro-Egido, 2013).

Todos/as os/as entrevistados/as preferem a situação atual à anterior, mesmo com mais responsabilidades. Esta perceção é coerente com a ideia da individualização da parentalidade, e com uma crescente valorização da autonomia, ainda que possa coexistir com situações de vulnerabilidade económica e emocional (Beck & Beck-Gernsheim, 2001, citado por Guerreiro et al., 2007).

Os desejos expressos, como sair do desemprego, ter melhor habitação, apoio do/a outro/a progenitor/a ou maior contacto com filhos, evidenciam carências ao nível económico, emocional e habitacional. A literatura sustenta que o principal fator que limita a melhoria da condição de vida das famílias monoparentais é a falta de rendimentos adequados, tal como refere Diogo et al. (2021), mas também fatores como o acesso a creches, transportes, saúde e estabilidade habitacional (Siegel & Abbott, 2007).

A informação recolhida confirma que a vivência da monoparentalidade é profundamente marcada pela precariedade económica e pela escassez de apoios estruturais ajustados à realidade vivida pelas famílias. Embora algumas famílias monoparentais consigam estabelecer rotinas eficazes e gerir os seus recursos de forma resiliente, muitas outras enfrentam múltiplas barreiras que comprometem o bem-estar familiar e infantil.

A análise reforça ainda a pertinência da adoção da abordagem das capacidades de Amartya Sen, já que esta permite olhar para a pobreza não apenas como ausência de rendimento, mas como privação de bem-estar em múltiplas dimensões da vida, incluindo a educação, o tempo, a saúde, a habitação e a capacidade de fazer escolhas reais.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou compreender de que forma a desigualdade de género se manifesta na vivência da pobreza das famílias monoparentais beneficiárias da Fundação AMI, em 2024. Partindo da abordagem das capacidades de Amartya Sen e articulando a análise teórica com os dados empíricos recolhidos, foi possível traçar um retrato aprofundado das condições de vida destes agregados, identificando os principais fatores de vulnerabilidade, mas também algumas estratégias de resiliência.

A revisão de literatura e os dados estatísticos evidenciam que a monoparentalidade em Portugal permanece marcada por fortes desigualdades de género. A maioria dos agregados monoparentais é constituída por mulheres, o que traduz a persistência de uma feminização da monoparentalidade que não se explica apenas por fatores demográficos, mas também pela forma como a sociedade atribui às mulheres a responsabilidade do cuidado familiar. Esta sobrecarga repercute-se em múltiplas dimensões: maiores taxas de desemprego, precariedade laboral, rendimentos insuficientes e pobreza de tempo.

O desenho do estudo não permite generalizações, mas a análise quantitativa, centrada nas famílias monoparentais beneficiárias da Fundação AMI, revela uma forte feminização da monoparentalidade neste universo e permitiu confirmar uma elevada incidência de necessidades básicas não satisfeitas, como a habitação, a alimentação, a saúde e o vestuário, comprometendo a autonomia e a dignidade destes agregados. Apesar da grande diferença no número de agregados monoparentais femininos e masculinos, neste universo, os dados sugerem que as famílias, sobretudo as mães monoparentais, enfrentam dificuldades marcadas no acesso a apoios formais, precariedade económica, desemprego e sobrecarga de responsabilidades, ainda que algumas consigam desenvolver uma gestão autónoma. O apoio informal desempenha um papel relevante, mas é desigual e insuficiente para suprir a ausência de apoios estruturais.

A análise qualitativa permitiu compreender de forma mais densa as experiências de privação e de luta quotidiana destas famílias. O peso das responsabilidades parentais, somado à instabilidade económica, traduz-se em situações de stress, isolamento social e dificuldades em planear o futuro. No entanto, emergem também estratégias de resiliência, desde a gestão rigorosa dos escassos recursos disponíveis até à mobilização de redes

informais e institucionais de apoio, revelando a capacidade destas famílias em procurar soluções perante a adversidade.

A perspetiva de género mostrou-se essencial para interpretar as desigualdades identificadas. Enquanto as mães monoparentais enfrentam um risco acrescido de pobreza pela conjugação entre baixos rendimentos e elevada carga de cuidados, os pais monoparentais continuam a ser alvo de estereótipos que dificultam o acesso a determinados apoios e fragilizam as suas redes sociais.

Assim, este estudo reforça a necessidade de respostas públicas e institucionais que ultrapassem a lógica assistencialista e se orientem para a capacitação das famílias. Investir em políticas de conciliação trabalho-família, na promoção da igualdade de género no mercado laboral, no acesso à educação e formação profissional e no reforço de redes de apoio social é fundamental para quebrar o ciclo de vulnerabilidade que caracteriza estas famílias. Nas famílias monoparentais femininas, esta situação traduz-se em maior pobreza de tempo e menor capacidade de inserção laboral, enquanto nos agregados masculinos reforça a dificuldade em mobilizar redes informais de apoio. Desta forma, a monoparentalidade associada à deficiência das crianças configura um duplo desafio, combinando escassez de recursos económicos com a sobrecarga de cuidados.

Um outro aspeto que emergiu da análise qualitativa, e com fundamento teórico posterior, é a presença significativa de crianças com deficiência em agregados monoparentais. Esta realidade acentua de forma particular a vulnerabilidade das famílias, uma vez que a deficiência implica necessidades acrescidas a todos os níveis: saúde, educação, transporte e acompanhamento diário, que recaem no único progenitor.

Em termos de investigação futura, destaca-se a pertinência de aprofundar o estudo das famílias monoparentais masculinas, ainda pouco representadas estatisticamente.

Em síntese, a investigação sugere, em linha com a literatura mobilizada, a importância de entender a pobreza das famílias monoparentais não apenas como insuficiência de rendimentos, mas como uma manifestação de desigualdades estruturais, atravessadas pelo género. Reconhecer esta realidade é condição necessária para a construção de políticas sociais mais equitativas, capazes de promover a autonomia, a dignidade e a igualdade de oportunidades para todas as famílias.

Referências Bibliográficas

- Alazzawi, S. (2018). Do Endowments Matter? Exploring The Gender Dimensions Of Poverty In Egypt. *Review of Income and Wealth*, 64(s1), S189-S224. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/roiw.12390>
- Almeida, J. F. (2013). Ética de investigação em ciências sociais. *Sociologia Online* (6), 1-32.
- Barbosa, C. d. F., Pires, E. O., & Di Gregório, M. d. F. A. (2023). Mães Solo: disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade. In (Vol. 8, pp. 19-40). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
- Bárcena-Martín, E., & Moro-Egido, A. I. (2013). Gender and Poverty Risk in Europe. *Feminist Economics*, 19(2), 69-99. <https://doi.org/10.1080/13545701.2013.771815>
- Bastos, A., Casaca, S. F., Nunes, F., & Pereirinha, J. (2009). Women and poverty: A gender-sensitive approach. *The Journal of Socio-Economics*, 38(5), 764-778. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.socec.2009.03.008>
- Canali, C., Geron, D., & Vecchiato, T. (2019). Italian families living in poverty: Perspectives on their needs, supports and strengths. *Children and Youth Services Review*, 97, 30-35. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2017.06.006>
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação Guia para Auto Aprendizagem* (2ª ed.). Universidade Aberta.
- Chzhen, Y., & Bradshaw, J. (2012). Lone parents, poverty and policy in the European Union [Article]. *Journal of European Social Policy*, 22(5), 487-506. <https://doi.org/10.1177/0958928712456578>
- Diogo, F., Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., Perista, P. (2021). *Faces da Pobreza em Portugal*. Fundação Manuel Francisco dos Santos.
- Diogo, F. (2007). *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Lisboa: Celta Editora.
- Duncan, G. J., Magnuson, K., & Votruba-Drzal, E. (2017). Moving Beyond Correlations in Assessing the Consequences of Poverty. *Annual Review of Psychology*, 68, 413-34. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010416-044224>
- Ejrnæs, M., Larsen, J. E., & Müller, M. (2020). Parents on Low Benefits - Coping with Poverty. *Journal of Poverty*, 24(7), 610-626. <https://doi.org/10.1080/10875549.2020.1740376>
- FFMS (2021a). Agregados domésticos privados: total e por tipo de composição. Pordata – Base de dados Portugal Contemporâneo. Acedido em 22/04/2022, de <http://www.pordata.pt>
- FFMS (2021b). Agregados domésticos privados monoparentais: total e por sexo. Pordata – Base de dados Portugal Contemporâneo. Acedido em 22/04/2022, de <http://www.pordata.pt>
- Geinger, F., Roets, G., & Vandebroek, M. (2018). Families with young children in times of economic downturn: Implications for social work practice. *International Journal of Social Welfare*, 27(3), 270-281. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/ijsw.12296>
- Geisler, E., & Kreyenfeld, M. (2019). Why Do Lone Mothers Fare Worse than Lone Fathers? Lone Parenthood and Welfare Benefit Receipt in Germany. *Comparative Population Studies*, 44, 61-84. <https://doi.org/10.12765/CPoS-2019-09en>

- Guerreiro, M., Torres, A., & Lobo, C. (2007). Famílias em mudança: Configurações, valores e processos de recomposição. In *Quotidiano e qualidade de vida* (Vol. III).
- Hernandez, M. A. (2015). What is "lone parenthood"? A critical review of its conceptualization in the context of social policy. *Cuadernos De Trabajo Social*, 28(2), 211-223. https://doi.org/10.5209/rev_CUTS.2015.v28.n2.49251
- Isola, A.-M., Siukola, R., & Minna, K. (2019). Gendered Experiences of Poverty and Recognition in the Finnish Welfare State. *NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 27(3), 152-165. <https://doi.org/10.1080/08038740.2019.1604570>
- Jędrzejczak, A., & Pekasiewicz, D. (2020). Changes in Income Distribution for Different Family Types in Poland [Article]. *International Advances in Economic Research*, 26(2), 135-146. <https://doi.org/10.1007/s11294-020-09785-1>
- Kramer, K. Z., Myhra, L. L., Zuiker, V. S., & Bauer, J. W. (2016). Comparison of Poverty and Income Disparity of Single Mothers and Fathers Across Three Decades: 1990–2010. *Gender Issues*, 33(1), 22-41. <https://doi.org/10.1007/s12147-015-9144-3>
- Kröger, T. (2010). Lone mothers and the puzzles of daily life: do care regimes really matter? *International Journal of Social Welfare*, 19(4), 390-401. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2009.00682.x>
- Lu, Y. C., Walker, R., Richard, P., & Younis, M. (2020). Inequalities in poverty and income between single mothers and fathers. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(1). <https://doi.org/10.3390/ijerph17010135>
- Maldonado, L. C., & Nieuwenhuis, R. (2015). Family policies and single parent poverty in 18 OECD countries, 1978–2008. *Community, Work & Family*, 18(4), 395-415. <https://doi.org/10.1080/13668803.2015.1080661>
- Marinho, E. M., & Ravagnani, C. L. C. (2024). Família Monoparental chefiada por mulheres: Desafios e Perspetivas. In. Repositório Institucional da Universidade Federal da Uberlândia.
- Marinho, S. (2014). Famílias Monoparentais em Portugal: Linhas de continuidade e de transformação nas duas últimas décadas. In. VIII Congresso Português de Sociologia.
- Misra, J., Moller, S., & Budig, M. J. (2007). Work—Family Policies and Poverty for Partnered and Single Women in Europe and North America. *Gender & Society*, 21(6), 804-827. <https://doi.org/10.1177/0891243207308445>
- Mistry, R., Lowe, E., Benner, A., & Chien, N. (2008). Expanding the Family Economic Stress Model: Insights From a Mixed-Methods Approach. *Journal of Marriage and Family*, 70(1), 196-209. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2007.00471.x>
- Nieuwenhuis, R. (2020). Directions of thought for single parents in the EU. *Community, Work & Family*, 24(5), 559-566, year = 2020. <https://doi.org/10.1080/13668803.2020.1745756>
- Pereira, E. (2010). Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza. *Forum Sociológico*, 20, 57-66. <https://doi.org/10.4000/sociologico.182>
- Provencher, A., & Carlton, A. (2018). The poverty experience of lone mothers and their children. *Applied Economics Letters*, 25(6), 401-404. <https://doi.org/10.1080/13504851.2017.1327115>

- Quivy, R. & Van Campenhout, L (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais (2ª Edição). Col. Trajectos: nº 17. Lisboa: Gradiva.
- Robeyns, I. (2003). Sen's Capability Approach and Gender Inequality: Selecting Relevant Capabilities. *Feminist Economics*, 9(2-3), 61-92. <https://doi.org/10.1080/1354570022000078024>
- Sano, Y., Mammen, S., & Houghten, M. (2020). Well-Being and Stability among Low-income Families: A 10-Year Review of Research. *Journal of Family and Economic Issues*, 42(SUPPL 1), 107-117. <https://doi.org/10.1007/s10834-020-09715-7>
- Schiettecat, T., Griet, R., & Vandebroek, M. (2017). What families in poverty consider supportive: welfare strategies of parents with young children in relation to (child and family) social work. *Child & Family Social Work*, 22(2), 689-699. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/cfs.12285>
- Siegel, D. I., & Abbott, A. A. (2007). The Work Lives of the Low-Income Welfare Poor. *Families in Society*, 88(3), 401-412. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.3649>
- Sunikka-Blank, M., & Galvin, R. (2021). Single parents in cold homes in Europe: How intersecting personal and national characteristics drive up the numbers of these vulnerable households. *Energy Policy*, 150, 112134. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.enpol.2021.112134>
- Swafford, M. D., Wingate, K. O., Zagumny, L., & Richey, D. (2015). Families Living in Poverty: Perceptions of Family-Centered Practices. *Journal of Early Intervention*, 37(2), 138-154. <https://doi.org/10.1177/1053815115602880>
- Torres, A., Pinto, P. C., Costa, D., Coelho, B., Maciel, D., Reigadinha, T., & Theodoro, E. (2018). Género na rush hour of life. Trabalho, família e condições de vida em Portugal e na Europa. Fundação Manuel Francisco dos Santos.
- Wall, K., Atalaia, S., Leitão, M., & Marinho, S. (2013). Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2012. In. Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Wall, K., & Lobo, C. (1999). Famílias Monoparentais em Portugal. In (Vol. XXXIV, pp. 123-145). *Análise Social*.
- Zilanawala, A. (2014). Women's Time Poverty and Family Structure: Differences by Parenthood and Employment. *Journal of Family Issues*, 37(3), 369-392. <https://doi.org/10.1177/0192513X14542432>

Anexos

Anexo A- Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

Introdução Prévia

(Objetivos: Apresentação do entrevistador; explicitar o tema e os objetivos em estudo; justificar a entrevista; assegurar o anonimato e a confidencialidade)

Solicitar autorização para gravar a entrevista em suporte de áudio.

Caracterização sociodemográfica do/a entrevistado/a

(Objetivo: caracterizar o/a entrevistado/a)

Vou começar por lhe colocar algumas questões que me irão ajudar a conduzir a entrevista.

- Sexo

-Idade

-Habilitações literárias

- Situação face ao emprego. Se desempregado, há quanto tempo?

-Número de filho/a(s)

- Idade do/a(s) filho/a(s)

Questões sobre as capacidades básicas

(Objetivo: Explorar a experiência de privação de capacidades básicas das famílias monoparentais em situação de pobreza)

A. Enquadramento da situação atual

Para iniciar, gostaria que falasse um pouco sobre como chegou à AMI e à sua situação atual.

1. Antes de recorrer à AMI, quais eram as suas principais dificuldades? Que tipo de apoios tinha (amigos, família, outras instituições)?

2. O que a/o fez recorrer à AMI?

B. Educação, capacidades e conhecimento (do/a entrevistado/a)

Agora, gostaria que falasse um pouco sobre a sua escolaridade e formação.

1. Qual o nível de escolaridade mais elevado que completou? (ter atenção caso a pessoa já tenha referido o nível de habilitações literárias logo ao início) Além da escola e antes ser mãe/pai só, fez algum outro tipo de formação? Qual?

2. Frequentou desde que é mãe/pai só ou está a frequentar algum nível de escolaridade ou algum curso de formação?

2.1 Se sim, quais os motivos? Como foi a experiência? De que forma, o facto de ser mãe/pai só afetou essa experiência? Que apoios teve?

2.2 Se não, quais os motivos? De que forma, o facto de ser mãe/pai só pode ter sido uma das razões para não o ter feito?

3. Recebeu recentemente (nos últimos 12 meses) alguma informação, aconselhamento ou apoio sobre educação ou formação?

3.1. Se sim, que tipo de apoio? Qual a sua utilidade e adequação à sua situação?

3.2. Se não, quais os motivos? (se desconhece a existência do apoio, se não tinha interesse, etc...)

4. Considera que as oportunidades existentes de educação e formação (educação de adultos e formação profissional) são adequadas às suas necessidades?

4.1 Se sim, Poderia dar alguns exemplos?

4.2 Se não, Quais os motivos da inadequação? Existem motivos de inadequação relacionados com a sua situação de mãe/pai só? Poderia dar alguns exemplos? O que seria adequado?

5. Relativamente à sua situação atual e ao futuro, havendo oportunidade para tal, gostaria de voltar a estudar ou realizar algum tipo de formação?

5.1. Se sim. O que gostaria de fazer? Quais os motivos?

5.2. Se não, Quais os motivos?

6. Na sua opinião, e no seguimento da sua resposta, que capacidades acha que a escola lhe deu? E que capacidades gostaria que tivesse dado?

(Identificar necessidades não satisfeitas de educação, formação e informação e compreender porquê).

C. Vida profissional

Agora, gostaria que falasse um pouco sobre a sua vida profissional e ligação ao mundo do trabalho.

(Se empregado)

E1. Disse-me no início da entrevista que estava empregado. Fale-me um pouco sobre o seu trabalho e as condições do trabalho que tem. [E.g. O que faz? Que tipo de contrato? Qual a estabilidade? Qual o horário? Quais oportunidades de formação no trabalho? Qual a possibilidade de progressão?]

E2. Começou a trabalhar no emprego atual já depois de ser mãe/pai só?

E2.1 Se sim, fale-me um pouco da experiência que teve na procura de trabalho. Sente que o/a trataram de forma diferente (e.g. entrevistas, seleção) por ser mãe/pai única? Recebeu algum tipo de apoios? Quais?

E2.2 Se não (avançar para a pergunta seguinte).

E3. Fale-me um pouco sobre a forma como concilia o trabalho e vida familiar? [O horário que tem é o que considera adequado? Quando os seus filhos ficam doentes, quando há greves ou quando estão de férias, como é que faz essa gestão? Que tipos de apoio (formal ou informal) tem?]

E4. No seu local de trabalho, acha que o/a tratam de forma diferente por ser mãe/pai sozinho/a? [Em que aspetos? Poderia dar-me alguns exemplos?]

E5. Relativamente à sua situação atual e ao futuro, havendo oportunidade para tal, o que é que gostava de mudar na sua vida profissional e/ou condições de trabalho? Quais os motivos?

E6. Que oportunidades considera que tem/existem para realizar essa(s) mudança(s)? E como é que o fato de ser mãe/pai único/a afeta essas oportunidades? O que é que teria de fazer e o que é que seria necessário para realizar a(s) mudança(s) desejada(s)?

(Se desempregado/a)

D1. Disse-me no início da entrevista que estava desempregado/a. Ficou desempregado/a depois de ser mãe/pai só?

D.1.1 Se sim, A situação de desemprego esteve relacionada com o facto de ser mãe/pai só? [Se sim, Porquê?]

D.1.2 Se não (avançar para a pergunta seguinte).

D.2 Tem experiência de procura de trabalho na situação de mãe/pai única?

D2.1 Se sim, fale-me um pouco da experiência que tem/teve na procura de trabalho. Sente que o/a tratam de forma diferente (e.g. entrevistas, seleção) por ser mãe/pai única? [Em que aspetos? Poderia dar-me alguns exemplos?] Como gere a procura de trabalho, ida a entrevistas

e o cuidado da/s criança/s? Que tipos de apoio tem? [Onde deixa a/s criança quando vai procurar trabalho ou quando vai a entrevistas? Existe envolvimento do outro/a progenitor/a?]

D.2.2 Se não tem experiência de procura de trabalho, quais os motivos? (ter de cuidar dos filhos e/ou outro familiar, acha que não vai conseguir, etc...)

D.3 Recebeu recentemente (nos últimos 12 meses) alguma informação, aconselhamento ou apoio sobre procura de emprego?

D3.1. Se sim, que tipo de apoio? Qual a sua utilidade e adequação à sua situação? (se foi útil e porquê)

D3.2. Se não, quais os motivos? (por desconhecimento?, por falta de interesse?)

D4. Considera que as oportunidades existentes de emprego/trabalho são adequadas às suas necessidades?

D4.1 Se sim, Poderia dar alguns exemplos?

D4.2 Se não, Quais os motivos da inadequação? Existem motivos de inadequação relacionados com a sua situação de mãe/pai só? Poderia dar alguns exemplos? O que seria adequado?

E5. Relativamente à sua situação atual e ao futuro, havendo oportunidade para tal, gostaria de estar a trabalhar? Quais os motivos?

4. Recursos económicos

Nas perguntas seguintes, centramo-nos nos recursos que tem para fazer face às suas despesas.

1. Quais são as suas fontes de rendimento monetário (identificar rendimento do trabalho, prestações sociais, transferências privadas)? [A mãe/pai dos/as /seus/suas filhos/as é uma dessas fontes (e.g. pensão de alimentos)? Se recebe prestações sociais, perguntar: Sabe se alguma destas prestações lhe é atribuída (ou tem valor diferente) pelo facto de ser mãe/pai só? Quais?]

2. Recebe ou recebeu recentemente (últimos 12 meses) outro tipo de apoios em géneros?

2.1 Se sim, de que tipo (cabaz alimentar, vestuário, habitação)? Qual a origem? Sabe se algum destes apoios lhe é atribuído (ou é diferente) pelo facto de ser mãe/pai só? Quais?

3.2. Se não, quais os motivos? (por desconhecimento?, por falta de interesse?)

3. Quais são as maiores despesas que tem? Em que área sente maior dificuldade e/ou gasto económico? [É na sua (ou da criança) saúde? Na alimentação? Na educação (sua ou da criança)? Na habitação?] Que estratégias utiliza para fazer face a estas dificuldades?

4. O rendimento e os apoios que recebe são suficientes para satisfazer as necessidades do seu agregado? Se não forem, quem é priorizado e que necessidades são priorizadas?

5. Que necessidades gostaria de satisfazer, mas não consegue? De que forma, a situação de mãe/pai só afeta as possibilidades de satisfazer essas necessidades?

6. Que oportunidades/apoios acha que deveriam existir para melhorar a sua situação económica? Considera que essas oportunidades/apoios deveriam ser diferentes pelo facto de ser mãe/pai único/a? Porquê?

5. Habitação e ambiente

Agora, gostaria que falasse um pouco sobre a sua habitação e local onde vive.

1. Fale-me um pouco sobre a sua situação habitacional atual (ter em conta os principais indicadores de privação) É proprietário com crédito, sem crédito, arrendatário no mercado, arrendatário de habitação social? Tem água canalizada? Da companhia ou “puxada”? Tem luz? Da companhia ou “puxada”? E luz natural? Tem esgotos? Tem acesso a cozinha? Tem casa de banho? Tem gás? Quantos quartos tem? E quantas pessoas vivem na sua casa? Só você e os/as seus/suas filhos/as ou mais pessoas?

2. Começou a residir na habitação atual já depois de ser mãe/pai só?

2.1 Se sim, fale-me um pouco da experiência que teve na procura de habitação. Sente que o/a trataram de forma diferente por ser mãe/pai única (Dependendo da situação, e.g dificuldades no pedido de crédito, condições de crédito diferentes, arrendamento, maior/menor facilidade no acesso à habitação social)? Recebeu algum tipo de apoios? Quais?

2.2 Se não, o que é que mudou na sua situação habitacional depois de ser mãe/pai só?

3. Recebe ou recebeu recentemente (últimos 12 meses) algum tipo de apoio relacionado com a habitação?

3.1. Se sim, que tipo de apoio? Qual a sua utilidade e adequação à sua situação? (perceber se foi útil e porquê)

3.2. Se não, quais os motivos? (por desconhecimento, por falta de interesse)

4. O que gostaria de mudar na sua situação habitacional (incluindo condições na habitação, estabilidade da situação), se tivesse possibilidade para o fazer? Quais os motivos?

5. Considera que as oportunidades existentes de habitação são adequadas às suas necessidades (nomeadamente, se for esse o caso, para realizar a mudança pretendida)?

5.1 Se sim, poderia dar alguns exemplos?

5.2 Se não, Quais os motivos da inadequação? Existem motivos de inadequação relacionados com a sua situação de mãe/pai só? Poderia dar alguns exemplos? O que seria adequado?

6. Tarefas domésticas, Vida Familiar e Responsabilidades Parentais

Para este próximo ponto, gostaria de lhe colocar algumas questões sobre tarefas domésticas, vida familiar e responsabilidades parentais.

1. Como é que gere o tempo entre cuidar da casa e da/s criança/s ao mesmo tempo?
2. Sente dificuldade em cuidar dos filhos e da casa sendo apenas o/a progenitor/a responsável?
Se sim, elaborar.
3. Recebe algum tipo de apoio, formal ou informal, em relação à vida familiar e responsabilidades parentais?
 - 3.1. Se sim, que tipos de apoio? Qual a sua utilidade e adequação à sua situação?
 - 3.2. Se não, quais os motivos? (falta de conhecimento sobre o apoio, falta de interesse)
4. Caso tenha existido uma altura em que dividia as responsabilidades parentais com o/a outro/a progenitor/a, no que é que sente mais diferença? Que dificuldades sente agora? Há algo que se tenha tornado mais fácil? E difícil?
5. Em relação à escola, sente alguma dificuldade em acompanhar os seus filhos? Sente que é pedido muito dos pais?
6. Recebe algum tipo de apoio, formal ou informal, em relação à escola?
 - 6.1. Se sim, que tipos de apoio? Qual a sua utilidade e adequação à sua situação?

(Se apoio com ATL, CAFAP, etc...)

6.1.1. Os seus filhos andam em ATL, creche ou outro? Está satisfeita/o com os horários dos mesmos? É sempre você a ir levá-los e buscá-los? Estão abertos o ano todo? O que é que faz com as crianças quando não abrem?

6.1.2. O que é que acha que a creche/ATL/CAFAP poderia fazer de forma diferente para ajudar?

- 6.2. Se não, quais os motivos? (falta de conhecimento sobre o apoio, falta de interesse)
7. Sente que o facto de ser mãe/pai só afeta de alguma forma a sua relação com os seus filhos? Para melhor ou pior? De que forma é que afeta?
8. O que é que gostaria de mudar na sua vida familiar? Porquê? E o que é que poderia fazer ou ser feito?

7. Saúde física e psicológica

1. Como é que se sente de saúde física e psicológica? É uma pessoa saudável ou tem algum problema de saúde diagnosticado?
2. De que forma o facto de ser mãe/pai só influencia a situação?

3. Recebe, ou recebeu (nos últimos 12 meses) algum tipo de apoio, formal ou informal, em relação à saúde física ou mental?
4. Sente dificuldade em aceder a algum tipo de apoio por ser único/a progenitor?
5. Tem alguma necessidade não satisfeita a nível de saúde? Porquê? O que seria necessário?

8. Relações sociais e autonomia de tempo

1. Tem tempos livres? O que é que faz?
2. Tem possibilidade de sair com amigos?
3. Tem tempo para si? O que é que gosta de fazer sozinho/a?
4. Se pudesse fazer mais coisas sozinho/a, o que faria?
5. Sente algum constrangimento em gerir o seu tempo pessoal, como por exemplo, para dormir, relaxar, ou outras necessidades, sendo progenitor/a único/a?
6. Recebeu ou recebe algum tipo de apoio informal, para conseguir gerir o seu tempo pessoal? Tem rede de apoio a quem recorre? Família? Amigos? Com que frequência recorre e porquê?
7. Identificar oportunidades de participação política valorizadas (o que faz, o que gostaria de poder fazer, mas não faz e porquê) (ex: petições, manifestações...)
8. O que é que gostaria de mudar na sua vida? E o que é que está a impedir?
9. Sente alguma dificuldade que considere importante e que não foi mencionada durante esta entrevista? Há algo que gostaria de mencionar, mas não foi abordado nesta entrevista?

Anexo B- Grelha de Análise de conteúdo

Dimensão	Categoria	Subcategoria	Nº de casos
Formação pós parentalidade	Experiência positiva	<p>“Fiz uma em geriatria, foi positivo.” (EF:1)</p> <p>“e quando eu fui para o 5º ano, a minha filha de 16 anos também estava no 5º ano, e estávamos assim numa disputa, quem vai passar de classe, tá a ver? E foi muito bom para mim porque tudo o que eu não sei ela me passa e aquilo que também tem dúvida ela também me perguntava e foi muito bem para mim. Depois fomos para o 6º ano juntas, para o 7º ano juntas, e foi assim.” (EF:2)</p> <p>“eu tinha um objetivo, tinha perdido o meu marido, não tinha um foco, mas tinha necessidade de fugir daquela situação, precisa de sair porque quando você perde alguém você anda num buraco e não sabe o que vai fazer, tem que pensar e se não pensa não sai do buraco.” (EF:3)</p> <p>“Porque gosto de cozinhar e fiz o curso, e correu tudo bem” (EF:8)</p>	4
	Experiência negativa	<p>“Eu quando estava a fazer o 12º ano foi complicado porque eles eram pequenos e completamente dependentes.” (EM:2)</p>	1
	Monoparentalidade	<p>“durante o dia trabalhamos, OK, à noite vou tirar um curso, mas depois à noite, quem dá amor, carinho, colo, aconchego a atenção que os nossos filhos precisam?” (EF:4)</p>	4

Sem formação pós parentalidade		<p>“mas só que com dois filhos está a ficar difícil fazer formação.” (EF:6)</p> <p>“Tinha preocupações.” (EF:8)</p> <p>“porque a minha vida é igual todos os dias. É rotineiro, trato do meu filho, (dependente a 100%) as horas são todas preestabelecidas. Não consigo fazer um improviso.” (EM:1)</p>	
	Desleixo	“No meu caso foi mais desleixo” (EF:7)	1
	Habitava no interior do país	“eu em Cabo verde morava no interior e lá não há escola perto, tem que ser de transporte. Estou cá desde maio do ano passado.” (EF:5)	1
Oportunidades de educação e formação	Falta de diversidade nas formações	“atualmente eles podiam me pôr um bocadinho mais de diversidade nas formações” (EM:2)	1
	Falta de apoio em recursos informáticos	“eu mesmo fui pedir formação no IEFP, mas era tempo de covid e não pude fazer porque não tinha computador em casa” (EF:6)	1

desadequadas	Gravidez da filha inesperada e sobrecarga	“minha filha conseguir desembaraçar por miúdo na escola para irem trabalhar para ajudar um pouco, quem sabe, porque eu estou muito sobrecarregada” (EF:2)	1
	Cuidados informais imprevisíveis	“Cobravam sempre a mais do que cobravam às outras crianças e das duas vezes me deixaram agarrada à última da hora. Uma delas foi na véspera. Ia deixar o *** às 8h da manhã e às 20h do dia anterior mandou uma mensagem a dizer que por receio das crises do *** não ia poder ficar com ele” (EF:1)	1
	Monoparentalidade	<p>“porque se eu trabalhar e depois ainda ir para uma formação é um bocadinho inviável para mim.” (EF:1)</p> <p>“Sim, conseguiria ir porque dividia as responsabilidades, mas assim é complicado” (EF:2)</p> <p>“O IEFP tem horários que é um pouco complicado para alguns pais. Por exemplo, os pais monoparentais têm um horário às 9h, geralmente começa às 9h e não gostam de chegar atrasados” (EF:3)</p> <p>“Se houver algo dentro do horário escolar dos nossos filhos, conseguimos fazer alguma coisa, estudar, pequenos recados, pequenos trabalhos, mas é tudo muito a correr, mas é tudo muito a correr porque chega as 15h/16h da tarde e começamos a ver que temos de ir buscar os nossos filhos.” (EF:4)</p> <p>“porque eu acho que ia ter dificuldades.” (EF:5)</p>	8

		<p>“e tenho que trabalhar por isso não dá para fazer formação.” (EF:6)</p> <p>“mas os horários e essas coisas podiam ser diferentes, porque fica muito difícil fazer tudo. Alguns dos motivos são por ser mãe única.” (EF:8)</p> <p>“Não posso correr o risco de chegarem em casa para entregar o meu filho e eu não estar, aquilo é um escândalo, uma coisa inaceitável. Um curso à noite não posso, a partir das 16h não posso sair de casa.” (EM:1)</p>	
Experiência de procura	Incompatibilidade horária	<p>“Isso depende, havia entrevista que estava tudo a correr muito bem até perguntarem pela minha família e descobrirem que tenho um filho com paralisia cerebral e havia uns que até eram honestos e diziam que não dava porque como era trabalho em part time, era sempre por turnos” (EM:1)</p> <p>“Porquê eu ao ter um contrato vou ter que cumprir, as 8 horas dentro de uma instituição, seja ela qual for. Depois os horários da escola... as greves das escolas que tem sido muito...” (EF:4)</p>	2
	Greves nas escolas	<p>“Porquê eu ao ter um contrato vou ter de cumprir, as 8 horas dentro de uma instituição, seja ela qual for. Depois os horários da escola... as greves das escolas que tem sido muito...” (EF:4)</p>	1
	Deficiência do/a filho/a	<p>“havia entrevista que estava tudo a correr muito bem até perguntarem pela minha família e descobrirem que tenho um filho com paralisia cerebral” (EM:1)</p>	3

de trabalho negativa		<p>“Sim, mas acho que nem é a questão de ser mãe solteira, é a questão do Jorge ser autista.” (EF:1)</p> <p>“É trágico, é horrível, já cheguei a ir entrevista em que não dizia que tinha filho, muito menos com deficiência.” (EF:4)</p>	
	Tratamento diferente por monoparentalidade	<p>“Sim, (trataram de forma diferente por ser mãe única) sinto porque não houve uma compreensão.” (EF:3)</p>	1
Experiência de procura de trabalho positiva	Filhos mais velhos	<p>“Nunca tive esse problema. Nunca senti nada em entrevista por ser monoparental. E à medida que eles vão crescendo e vão ficando menos dependentes de mim acabo por ter mais tempo. O meu desemprego calhou até bem porque foi numa altura em que eles eram mais dependentes e estava com eles em casa, mas depois foram crescendo e essas questões deixaram de existir.” (EM:2)</p>	1
	Horários incompatíveis	<p>“De maneira nenhuma. Para já para surgir uma vaga de emprego para uma mãe solteira é raro, depois, no meu caso, que eu tenho a vida a nível de horários muito limitado pior ainda.” (EF:4)</p> <p>“Não, tenho um horário que não consigo mesmo, já tive horários que era à noite e tinha que por a criança numa ama, é muito complicado. E mesmo de dia, os horários não são compatíveis com a escola do menino e não tenho quem vá buscar, e não tenho como dar dinheiro a alguém para ir buscar e tomar conta.” (EF:7)</p> <p>“Ordenados muito baixos, os horários pouco flexíveis.” (EF:8)</p>	3

Oportunidades existentes de trabalho inadequadas	Baixos rendimentos	“Acho que não. Com o salário que há agora no mercado, eu não ia conseguir pagar a casa, mesmo com apoios. Se não fosse a casa da camara não sei como faria.” (EF:8)	1
	Falta de cuidados formais e informais	“Não, tenho um horário que não consigo mesmo, já tive horários que era à noite e tinha que por a criança numa ama, é muito complicado. E mesmo de dia, os horários não são compatíveis com a escola do menino e não tenho quem vá buscar, e não tenho como dar dinheiro a alguém para ir buscar e tomar conta.” (EF:7)	1
	Monoparentalidade	<p>“Ser mãe solteira, também torna difícil” (EF:4)</p> <p>“Porque antes eu fazia turno à noite e com o bebé agora não posso fazer isso.” (EF:5)</p> <p>“Ter um trabalho digno, que eu consiga lidar com as minhas despesas, não depender de apoio de outras pessoas, ter uma casa própria... não tenho oportunidade.” (EF:7)</p> <p>“É como lhe disse, essa parte não depende de mim, na parte do trabalho já depende de outro, da outra parte e eles têm que ter sensibilidade e não têm..... pois, no fundo é desadequado.” (EM:1)</p>	4
	Conseguir emprego	“Gostaria de ter um trabalho” (EF:8)	3

Necessidades por satisfazer devido a rendimentos insuficientes		<p>“Trabalho” (EF:7)</p> <p>“um trabalho, era tão bom” (EF:5)</p>	
	Saúde	“As minhas necessidades, eu gostava de tratar dos dentes, dos óculos” (EF:4)	1
	Aquecimento na habitação	“Aquecimento na casa para o inverno” (EF:2)	1
	Vestuário	“Sim, as necessidades básicas, porque agora é só para a casa e comer. Agora estou a pensar no vestuário e o material escolar. eu preciso mesmo é de algumas mantas, algumas coisas para os meninos porque eu não estou a conseguir, algumas roupas” (EF:2)	1
	Alimentação	“Ele não come carne nem peixe, só come carne picada e não é todos os dias, por isso é algo que não me dói na consciência, eu jantar e não ter carne para comer, a mim não me dói” (EF:1)	1
	Lazer	<p>“a gente priva-se muito de ir porque pode conseguir chegar lá mas como não vamos conseguir fazer nada, por exemplo na feira não vamos andar em nada ou ir para a praia, até podíamos ir, mas não tenho nada para fazer os lanches para levar.” (EF:1)</p> <p>“Tudo na vida é uma despesa, ou você compra para a casa ou você tem momento de lazer. Por exemplo, teve uma coisa que aconteceu aqui nas instituições, que os meus filhos participaram, eles fizeram um projeto de viagem para a madeira com as crianças. E no sentido familiar, isso jamais poderia ter acontecido, ficava muito caro.” (EF:3)</p>	2

	Monoparentalidade	“Ser mãe sozinha afeta porque o mais agora está de férias, e se eu arranjar trabalho já falei com a minha vizinha e ela pode ficar com o menino, mas é sempre uma dependência muito grande porque imagine que eu não tinha essa vizinha, era complicado.” (EF:7)	1
	Equipamentos para a casa	“mas por exemplo, não tenho internet, o meu vizinho de cima dá-me a internet dele para usar. Também a tv é muito velha, às vezes nem funciona, então diria que são mais essas necessidades.” (EM:2)	1
Oportunidades que deviam existir	Mais emprego	“Devia existir mais emprego.” (EF:7) “Eu acho que nem é bem uma questão de apoios. Apesar de ter tido o apoio do RSI, não sou muito a favor disso. Acho que é mais uma questão das entidades e o governo regularem melhor os valores de ordenados que dão às pessoas e não saturarem as empresas que têm 10 trabalhadores a fazer o trabalho de 12 e não metem mais porque é caro e as 10 pessoas até conseguem fazer o trabalho. Acho que devia haver mais controlo nessa parte porque as pessoas não têm como arranjar trabalho se não tiverem a oportunidade.” (EM:2)	2
	Ajuda em medicamentos	“ajuda de medicamento” (EF:6)	1
	Mais flexibilidade do IEFP	“O IEFP deveria ser mais flexível.” (EF:3)	1

	Apoio para a monoparentalidade	<p>“Mãe solteira deveria ter um centro porque sabem que hoje em dia, mãe solteira há muitas, porque os homens não estão a cumprir o seu dever. Não sei o que passa com os homens hoje em dia, e nós mulheres também só vendo a pessoa não sabemos. A minha própria filha também é mãe solteira.” (EF:2)</p> <p>“A segurança social poderia criar um apoio só para pais monoparentais,” (EF:3)</p> <p>“também a nível de equipamentos que pudessem acudir por nós.” (EF:4)</p>	3
	Apoio financeiro	<p>“já nem falo do psicológica, mas a parte financeira, porque ele não pode usar qualquer shampo enquanto fosse uma criança que não tivesse esta necessidade eu comprava o shampo mais barato.” (EF:1)</p> <p>“Conforme estão os salários, devia haver apoios para toda a gente. Devia haver ajudas com comer, roupa, pagar despesas.” (EF:8)</p>	2
	Melhor apoio formal	<p>“Encontrar uma ajuda para a creche do bebé, para pôr na creche e poder trabalhar. Sim.” (EF:5)</p>	2

		<p>“Devia haver horários mais espaçados para mães monoparentais, horários mais flexíveis, alguma coisa que me pudesse ajudar a trabalhar e saber onde deixar o meu filho e ter facilidade nisso.” (EF:7)</p>	
Oportunidades de habitação desadequadas	Se não for a Habitação Social, não há mais nada	<p>“Acho que não, muitas vezes se não for a casa da câmara nem dá para viver.” (EF:8)</p>	1
	Falta de recursos para a mudança pretendida	<p>“Eu acho que, hoje, um T4 seria melhor. Porque com rapazes e raparigas em crescimento, eles já precisam da sua individualidade, então isso seria melhor.” (EF:3)</p> <p>“Não, porque não tenho orçamento para isso e nem acho que existam apoios para esse efeito.” (EM:2)</p>	2
	Preços praticados pelas imobiliárias	<p>“Mesmo eu estando a trabalhar, sozinha com eles, eu não tinha nem condições para pagar uma renda para nós os dois porque há rendas que são mais que um ordenado mínimo.” (EF:1)</p> <p>“Só que se ganhasse o Euromilhões” (EF:2)</p>	3

		<p>“É muito caro, não sobra para mais nada. O melhor era habitação social, mas se conseguisse encontrar uma casa de aluguer mais barata era muito melhor.” (EF:6)</p>	
Oportunidades de habitação adequadas	Habitação social feita à medida do filho	<p>“Casa feita à medida do meu filho” (EM:1)</p>	1
	Casa com todas as condições	<p>“Neste momento sim, porque estou satisfeita com a habitação social.” (EF:4)</p> <p>“Sim, diria que sim. Tenho conseguido aguentar aquela casa da camara, por isso até agora diria que está ok.” (EF:7)</p>	2
Sem dificuldade na gestão do tempo entre cuidar da casa e das crianças	Sem dificuldade depois de adaptação	<p>“Houve uma altura que eu sentia muito essa dificuldade, mas a partir do momento que comecei a cuidar das crianças e ir cuidando da casa ficou mais fácil. No início tinha muito aquela coisa de ter que dar conta de tudo, eu tinha que ter as crianças cuidadas, eu tinha que ter a minha mãe cuidada, a minha avó acamada. Então eu tinha que dar conta de tudo.” (EF:1)</p> <p>“Isto é prático, já estou habituada. Não tenho problema com isso, é uma coisa com tempo. Eu já tenho 4 filhos, e para mim cuidar de filho e cuidar da casa já estou habituada.” (EF:2)</p> <p>“Já tive muita dificuldade, mas hoje é mais prático porque eles já aprenderam. Porque quando é o início, você não consegue porque você tem que ter preparo psicológico, é muito difícil porque você não tem seu tempo.” (EF:3)</p>	9

		<p>“Não é fácil, mas tem de ser. Vou fazendo.” (EF:5)</p> <p>“Eu cuido da casa quando eles estão na escola e quando chegam eu cuido deles.” (EF:6)</p> <p>“Ah é fácil. Quer dizer, ultimamente é difícil porque ele está de férias. Quando eles estão na escola, limpo e lavo, mas nas férias é mais difícil.” (EF:7)</p> <p>“Não tenho muita dificuldade, acordamos de manhã, cada um faz a sua cama e vamos gerindo.” (EF:8)</p> <p>“Como é só ele e eu sozinho, não deixo as coisas acumular, faço logo. Quando ele não está trato da casa.” (EM:1)</p> <p>“Olhe vou gerindo, quando eles estão na escola aproveito para fazer algumas coisas, eles também têm 13 e 15 anos por isso já ajudam, mas fui-me habituando à rotina.” (EM:2)</p>	
Com dificuldade na gestão do tempo entre cuidar da casa e das crianças	Sobrecarga	<p>“Olhe, é a sensação de estar ligada à ficha 24 sob 24h porque sei que ele depende de mim para tudo. Sim, sinto dificuldade extra por ser mãe solteira. Sim, muito, porque depende tudo de mim. É muito complicado, não consigo dividir preocupações com ninguém, tarefas com ninguém, nada nada nada” (EF:4)</p>	1

Impacto da monoparentalidade na relação com os/as filhos/as	Positivo	<p>“Sou tão apegada a elas, que nem sei, mas acho que seria igual.” (EF:1)</p> <p>“Acho que não, a relação é a mesma. Talvez até tenha mudado para melhor depois de me separar da relação tóxica.” (EF:3)</p> <p>“Ser mãe solteira nos faz sentir gigantes aos olhos do nosso filho, e ele diz muitas vezes “mãe és super” e isso nos aconchega o coração, mas por outro lado é chato porque podia haver mais, porque ser mãe solteira não é suficiente. Nós reinventamo-nos para chegar para tudo, mas existe um lado do nosso filho que é vazio.” (EF:4)</p> <p>“Acho que não. Mas acho que era diferente se o pai cá estivesse. O melhor é os dois. Mas não faz muita diferença porque tomei sempre conta dela sozinha, só que na fase de adolescente já está mais complicado.” (EF:5)</p> <p>“[A monoparentalidade afeta a relação com os seus filhos?] Não.” (EF:6)</p> <p>“Acho que não, é igual.” (EF:8)</p> <p>“Não, tudo normal.” (EM:1)</p>	7
	Negativo	<p>“Muito, para pior, sempre a reclamar. A minha filha de 16 anos é que tem esse problema, está sempre a perguntar pelo pai. Acho que sente saudade. Ela é muito apegada ao pai, mesmo sendo ausente. Os outros já estão habituados e apegados à mãe. Ela fala com o pai, ligam. Mas para mim não faz sentido, para mim quem está presente é que é, e eu não vejo ajuda. Falar no telemóvel não me ajuda nada, há muita coisa que eu preciso e não vejo nada.” (EF:2)</p>	3

		<p>“Sim, muito, para pior. Acho que é preciso uma figura paterna. A minha filha está muito diferente, responde muito e quando estava em casa o pai do mais novo era diferente, ela não respondia, não gritava... agora está muito agressiva.” (EF:7)</p> <p>“Afeta por causa da mãe, para pior. Eles afastam-se de mim porque dizem que sou autoritário. A mãe faz-lhes as vontades todas, não tem regras, enfim.” (EM:2)</p>	
Impacto da monoparentalidade na saúde	Sem Impacto	<p>“Não influencia nada.” (EF:5)</p> <p>“Não sinto que influencie.” (EF:6)</p> <p>“Isso acho que não influência. Só mesmo o não ter trabalho para pagar contas.” (EF:8)</p>	3
	Impacto negativo	<p>“Acho que principalmente a minha saúde física, porque tenho problemas antigos de colunas, comecei a ter problemas aos 12 anos e então acho que o facto do Jorge estar sempre ao colo e não ter alguém com quem dividir isso e se calhar se fosse dividido eu não sentiria tanto a parte da coluna, não tomaria tanta medicação porque é uma sobrecarga muito grande.” (EF:1)</p> <p>“É cansativo, deixa mais cansada.” (EF:2)</p> <p>“Ah, é mais cansativo, principalmente a nível psicológico.” (EF:3)</p>	7

		<p>“Sem dúvida, porque se isto não fosse uma carga só para mim eu não estava assim.” (EF:4)</p> <p>“É muita responsabilidade só em mim, é mais complicado, é uma sobrecarga muito grande.” (EF:7)</p> <p>“Não posso sair, estou isolado, é muito rotineiro e muito rígido, não pode falhar nada nunca.” (EM:1)</p> <p>“Ah pela questão do que a minha ex mulher lhes diz e depois isso influencia a nossa relação e isso depois deita-me abaixo psicologicamente. Mas depois de uns dias passa-lhes, e já ficam bem comigo.” (EM:2)</p>	
Gestão do tempo pessoal e tempo com as crianças	Com dificuldades na gestão	<p>“É uma dificuldade muito grande.” (EF:2)</p> <p>“Muito, muito porque é nós para tudo, ir às compras, a vida escolar da criança, é tudo o que envolve a vida da criança mais a nossa vida.” (EF:4)</p> <p>“Sim, por exemplo, à noite, eu cuido da minha filha sozinha, fica muito tempo acordada, é difícil.” (EF:5)</p> <p>“Sim, porque enquanto a minha filha não dormir eu também não consigo dormir. Não sinto confiança para pedir, às vezes. Se pedir é muito, muito raro. Por exemplo, só se tiver mesmo muito atrasada é que peço para alguém ir buscar a minha filha.” (EF:6)</p>	

	Sem dificuldades na gestão	<p>“Não, porque a gente cria rotinas.” (EF:1)</p> <p>“Não, eu acho que você só não sai se não quiser, tem sempre tempo nem que seja de dar a volta ao prédio” EF:3)</p> <p>“Vou gerindo.” (EF:7)</p> <p>“Sim, a minha irmã pode ficar com os meus filhos para eu ir passear se precisar” (EF:8)</p> <p>“Vou gerindo, ele graças a deus dorme a noite toda por isso consigo dormir.” (EM:1)</p> <p>“Já arranjei a minha rotina e à medida que eles vão ficando mais velhos vai sendo mais fácil.” (EM:2)</p>	
--	----------------------------	---	--

